



ISSN 2175-5949
N.1, Ano 01, 2009
52 pp
Brasília, DF

Mídia e Segurança Pública

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Justiça

Tarso Genro

Secretário Nacional de Segurança Pública

Ricardo Brisolla Balestreri

Coordenadora Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

Regina Miki

Editora

Luciane Patrício Braga de Moraes

Conselho Editorial

Fernanda Alves dos Anjos (MJ)

Haydée Caruso (SENASP - MJ)

Jacqueline de Oliveira Muniz (PMD - UCAM)

José Luis Rattón (UFPE)

Luciane Patrício Braga de Moraes (MJ)

Luis Flávio Saporì (PUC - MG)

Marcelo Ottoni Durante (SENASP MJ)

Paula Miraglia (ILANUD)

Regina Miki (MJ)

Renato Sérgio de Lima (FBSP)

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUC - RS)

Thadeu de Jesus e Silva Filho (SENASP - MJ)

Capa e Diagramação

Tati Rivoire

Tiragem: 5.000 exemplares

ISSN 2175-5949

Cadernos Temáticos da CONSEG

Coordenação Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

Ministério da Justiça – Ano I, 2009, n. 01. Brasília, DF.

Todos os direitos reservados ao

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

Espanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede

Brasília, DF – Brasil – CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9570

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Carta da Coordenadora _____	7
Apresentação _____	9
Mídia e Segurança Pública: um balanço <i>Daniela Caldeirinha e Elizabete Albernaz</i> _____	12
Mídia e Violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública <i>Silvia Ramos e Anabela Paiva</i> _____	19
Mídia e Segurança Pública: o jogo dos descontentes <i>Mauricio Lissovsky e Paulo Vaz</i> _____	30
Micropoderes, macroviolências – um estudo sobre a palavra e a construção da ordem social <i>Suzana Varjão</i> _____	41
Mídia e Segurança Pública: uma agenda de propostas _____	47



Carta da Coordenadora

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública tem como um dos seus objetivos consolidar a segurança pública como um direito fundamental do cidadão e, para tanto, construir uma política nacional de segurança pública com a participação da sociedade civil, dos trabalhadores em segurança pública e representantes do poder público.

Nesse contexto, os Seminários Temáticos têm como objetivo principal a ampliação da participação de segmentos específicos no processo da 1ª CONSEG, bem como a qualificação e o aprofundamento da discussão de determinados temas relevantes presentes nos sete eixos temáticos que compõem o Texto-base da Conferência.

Os meios de comunicação adquirem no cenário contemporâneo uma importância fundamental na formação de opinião acerca da compreensão da segurança, da criminalidade e da violência.

Essa é a razão pela qual foi realizado o Seminário Temático Mídia e Segurança Pública. O principal objetivo do seminário foi o de constituir um espaço público de discussão permanente sobre o tema entre os profissionais da comunicação e o Ministério da Justiça, as organizações civis, os profissionais de segurança, gestores, trabalhadores e especialistas na área de segurança pública.

Num ambiente democrático, a participação da mídia (seja ela televisiva, escrita ou radiofônica) pode, paradoxalmente, tanto contribuir para a ampliação da discussão das questões relacionadas à segurança pública, como pode fomentar a criação de estereótipos, retificar preconceitos e consolidar sentidos comuns já presentes no imaginário social, caso não seja feita de forma qualificada.

A relevância do Seminário em questão foi discutir como tem sido feita a cobertura da segurança pública na mídia e, especialmente, como tem sido construídos os critérios de elaboração das notícias e a escolha dos temas das reportagens.

Considerando essas questões, é imprescindível a participação dos veículos de comunicação e mídia no debate sobre segurança pública em sintonia com a perspectiva da 1ª CONSEG, a fim de auxiliar a construção de uma pauta positiva sobre segurança pública na imprensa e que favoreça a construção de uma cultura da não-violência.



O presente Caderno Temático constitui um documento que sintetiza o debate realizado entre atores diretamente envolvidos com este campo de conhecimento, seja do ponto de vista acadêmico seja do ponto de vista de exercício da atividade profissional, e deve orientar as discussões que serão realizadas na etapa nacional da 1ª CONSEG.

Regina Miki
Coordenadora Geral da 1ª Conferência
Nacional de Segurança Pública



Apresentação

A promulgação da Constituição Federal de 1988 – também conhecida como a “Constituição Cidadã” – viabilizou novos compromissos políticos e sociais no sentido da legitimação da democracia, do federalismo e da participação como grandes pilares estratégicos da organização do Estado. Embora estabelecido em nível político-institucional, o movimento de democratização brasileiro enfrenta ainda o desafio de alcançar as práticas cotidianas dos cidadãos, permeando as relações da população com as diversas agências (e agentes) do poder público, com os espaços e com os indivíduos que o povoam. A experiência democrática dos últimos 20 anos tem reiterado esta constatação, demonstrando que o leque de garantias constitucionais não se projeta de modo uniforme na realidade social brasileira. Recortes sócio-econômicos, de gênero, étnico-raciais, articulam-se de forma complexa em nossa história social, ditando o ritmo de expansão destas garantias entre as diversas “classes de cidadãos”. Para segmentos bastante expressivos da sociedade brasileira, o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gerou automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego, colocando para os governos democráticos o desafio da afirmação ativa da cidadania plena no Brasil (Carvalho, 2002)¹. Esta tarefa, na atualidade, tem se caracterizado pelos esforços governamentais em qualificar os canais institucionais de participação e controle social, atendendo a antigas reivindicações dos movimentos sociais.

As Conferências, neste sentido, tem sido muito utilizadas enquanto ferramenta de consulta aos diversos atores envolvidos na implementação de políticas públicas setoriais, mobilizados em nível federal, estadual, municipal e comunitário. Por meio das Conferências, a sociedade brasileira se reconhece como uma verdadeira comunidade política, capaz de deliberar sobre questões que afetam a vida diária de todos e todas, indistintamente. Obviamente, isso faz das Conferências processos tão ricos quanto desafiadores. Com frequência, elas trazem para a ordem do dia problemas estruturais da nossa sociedade, os quais até então não tem encontrado canais adequados de resolução, quer no sistema político, quer no sistema jurídico. Nessas ocasiões, as potenciali-

¹ CARVALHO, José Murilo (2002). *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



dades do modelo são postas diretamente à prova: as Conferências podem encarar o desafio histórico que lhes é colocado ou podem simplesmente desviar-se dele; podem romper com consensos previamente estabelecidos ou podem apenas reafirmá-los. Tudo depende de como o processo decisório está organizado e de como, dentro desse processo, os participantes exercitam a sua responsabilidade política e a sua ousadia democrática.

Frente a este desafio, a convocação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública representa um momento histórico para o processo de consolidação democrática brasileira. Ao partilhar o poder de gestão com a sociedade, a Conferência estabelece um marco de transformação das práticas tradicionalmente adotadas na construção de políticas públicas de segurança em nível nacional, estadual, municipal e comunitário. Espera-se que a ampla mobilização social catalisada pelas etapas eletivas e preparatórias da 1ª CONSEG sedimente as bases principiológicas, institucionais e práticas do paradigma de segurança com cidadania, centrado na tríade participação, prevenção social e repressão qualificada. Com diferentes aproximações em relação ao tema, trabalhadores da área de segurança pública, poder público e organizações da sociedade civil encontram-se hoje envolvidos em um amplo processo de pactuação coletiva sobre os rumos desta mudança.

Enquanto etapas preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, os Seminários Temáticos são ferramentas indutoras de participação e de contribuições críticas, assumindo a responsabilidade de ampliar o leque de capacidades técnicas e políticas dos atores mobilizados, para que ocupem de modo qualificado os espaços de co-gestão estabelecidos. Propostos por instituições reconhecidamente competentes no trato dos fenômenos abordados, a realização dos Seminários Temáticos viabilizou um maior aprofundamento acerca de tópicos específicos da organização e funcionamento do sistema de segurança pública e justiça criminal, contemplados nos sete eixos da 1ª CONSEG.

Neste sentido, o presente Caderno Temático reúne as principais contribuições do **Seminário Temático Mídia e Segurança Pública**, realizado no dia 27 de maio de 2009, no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília. O primeiro artigo do Caderno Temático Mídia e Segurança Pública traça um breve panorama do diálogo entre os campos da segurança pública e da comunicação, pontuando as principais características e os desafios que marcam esta relação; nesta edição também encontram-se publi-

cados os artigos dos painelistas presentes no Seminário – Silvia Ramos, Mauricio Lissovsky e Suzana Varjão – que, lidos em seu conjunto, oferecem ao leitor importantes aprofundamentos e reflexões sobre o valor estratégico dos meios de comunicação para o campo da segurança pública. Por fim, encerrando o Caderno, foi sistematizada, a partir das contribuições dos painelistas, uma proposta de agenda para este campo temático, incluída também no Caderno de Propostas da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.





Mídia e Segurança Pública: um balanço

Daniela Caldeirinha*

Elizabete Albernaz**

Nos jornais, na televisão, na internet, no rádio: cotidianamente o anúncio do “aumento da violência e da criminalidade” está presente nos noticiários brasileiros. Empresas de comunicação investem em programas e cadernos que tratam da temática. No entanto, a cobertura da imprensa em relação às questões de segurança pública – e não somente às ocorrências violentas – ainda enfrenta grandes desafios. O maior deles, talvez, seja a construção de um jornalismo mais qualificado, responsável e que contribua para a construção de uma sociedade na qual a segurança pública seja entendida como direito e responsabilidade de todos.

Quando nos comunicamos ou quando lemos uma notícia no jornal, por exemplo, estão presentes os seguintes elementos: Quem está dizendo? O que está sendo dito? Através de que meios? Para quem está sendo dito? Que efeito esta informação causa na audiência?¹ Nos comunicamos o tempo todo, seja produzindo, recebendo ou disseminando informações. Nesse jogo comunicativo constante, em especial nas sociedades modernas, a mídia – aqui entendida em suas mais diferentes formas: eletrônica, impressa, televisiva, virtual – é protagonista na construção de sentidos, influenciando posições e opiniões sobre os mais diversos assuntos.

Enquanto principal fonte de informação em uma sociedade de escala, o que se propaga através dos meios de comunicação acaba exercendo uma forte influência naquilo que pensamos sobre os mais diversos temas. A mídia amplifica experiências, atribuindo-lhes um sentido de coletividade, permitindo que partilhemos socialmente preocupações, entendimentos e percepções sobre eventos. Esta influência orienta, muitas vezes, nossos interesses e posturas diante de assuntos específicos, como é o caso da segurança pública. Entretanto, aquilo que genericamente chamamos de “mídia” não é um ente descolado da realidade, trata-se de um produto dos reveses da história social brasileira. Nesse sentido, é comum que seus profissionais reproduzam em suas práticas – muitas vezes de maneira acrítica ou mesmo in-

* Daniela Caldeirinha é jornalista, pós-graduada em sócio-psicologia pela Escola de Sociologia de São Paulo e coordenadora de comunicação do Instituto Souza Paz.

** Elizabete Albernaz é antropóloga do Museu Nacional (UFRJ) e pesquisadora na área de segurança pública. Atuou como consultora do Ministério da Justiça/PNUD para a elaboração dos Cadernos Temáticos da Conseg¹.

¹ LASSWELL, H. D. (1987). A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In Gabriel Cohn (org.) Comunicação e indústria cultural. Editora Companhia Editora Nacional. São Paulo, SP.

consciente – ranços, estigmas, leituras, relações de poder e dominação herdadas historicamente. Compreender melhor as dinâmicas subjacentes ao “fazer jornalístico” é crucial para desvelar as cargas simbólicas transportadas pelos conteúdos de comunicação. Entretanto, isso não exclui o necessário compromisso ético destes profissionais sobre aquilo que produzem e disseminam, bem como sobre os impactos que causam.

Nos últimos anos, a cobertura brasileira no campo da segurança pública vem, de acordo com pesquisas sobre a área², migrando de uma cobertura de “polícia” – que basicamente reproduzia as informações dos boletins de ocorrência – para uma cobertura um pouco mais contextualizada e aprofundada do tema. Isso se deu em grande parte à centralidade que o tema “segurança pública” alcançou no cenário nacional, em especial a partir de meados da década de 80, quando os índices de criminalidade nas grandes cidades brasileiras chegaram a níveis jamais vistos³. Nas redações, os “jornalistas policiais” – outrora desprestigiados, acostumados a “dar plantão” nas delegacias atrás de histórias para contar – viram as reportagens sobre temas relativos à segurança pública ganharem espaço em áreas mais nobres dos jornais e dos noticiários. Fruto desse processo, os principais jornais brasileiros acabaram por extinguir as chamadas “editorias de polícia” e os profissionais que cobriam esta pauta passaram a investir em assuntos diversos, atuando em uma área das redações chamada “geral”.

Os veículos de comunicação que adotavam uma linguagem repleta de elementos sensacionalistas e alarmistas fecharam suas portas ou viram suas audiências decaírem sensivelmente⁴. A cobertura jornalística que privilegiava os crimes, as ocorrências, o espetáculo da violência – em detrimento de uma análise sobre suas causas, conseqüências e possibilidades de prevenção – não consegue mais dar conta da complexidade do quadro brasileiro e vem perdendo espaço progressivamente.

Embora se possa notar uma clara mudança de perfil na *praxis* dos meios de comunicação, ainda é preciso avançar na direção de uma cobertura de segurança pública crítica e aprofundada. Permanece o domínio do factual, das histórias e casos individuais como fonte para a construção de matérias sobre segurança⁵. Naturalmente, os “fatos” são fundamentais, mas os conteúdos jornalísticos gerados a partir deles tem potencial para tornarem-se verdadeiros catalisadores de reflexão, produzindo elementos de informação que suscitem e qualifiquem o debate

2 Ver *papers* deste caderno.

3 RAMOS, Sílvia (2007). *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Editora IUPERJ. Rio de Janeiro, RJ.

4 Exemplos emblemáticos são o jornal impresso *Notícias Populares*, que deixou de circular em 2001 e o telejornal *Cidade Alerta*, que saiu do ar em 2005.

5 Uma análise mais aprofundada pode ser encontrada no *paper* “Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública”, de Sílvia Ramos, publicado na seção 2 deste Caderno Temático.

público sobre o tema. Entretanto, a despeito deste entendimento, o papel dos meios de comunicação na construção e implementação de políticas públicas de segurança permanece um campo bastante inexplorado.

Com o advento da Constituição de 1988, desenvolve-se no Brasil um entendimento de que o Estado deve atuar como provedor e garantidor de direitos individuais e coletivos. A liberdade de imprensa é plenamente restituída e torna-se o grande marco simbólico do próprio processo de democratização. Herança histórica da censura e do papel de resistência desempenhado durante os anos de ditadura militar, o enorme potencial estratégico dos meios de comunicação de massa encontra-se ainda hoje muito aprisionado pela lógica da denúncia e das soluções imediatas. Estas soluções, por sua vez, apenas satisfazem apelos emocionais-punitivos, que clamam por respostas rápidas e aprisionam as instituições responsáveis pela segurança pública numa lógica reativa/repressiva, reduzindo seu potencial de planejamento. Tendo em vista a nossa relativa “juventude democrática”, a denúncia continua desempenhando um importante papel do ponto de vista da fiscalização do Estado. Entretanto, cresce progressivamente o entendimento de que a mídia não pode (nem deve) se limitar a isso.

No caso específico das políticas públicas de segurança e sua relação com a imprensa, parece haver também um impasse de ordem política. Ao mesmo tempo em que a violência está na pauta do dia dos veículos de comunicação e no topo das preocupações da população⁶, ela não desempenha, necessariamente, um fator decisório para a escolha de um candidato. Uma das explicações para este fenômeno relaciona-se ao fato de que o sentimento de insegurança das pessoas não está alinhado ao tempo dos ciclos eleitorais, sendo uma percepção que muda muito mais a longo prazo. Em razão disso, as políticas públicas de segurança tendem a priorizar medidas de curto prazo, que gerem visibilidade, como respostas para a população e para a imprensa. É desta forma que um ato relacionado à segurança pode ser “lembrado” pelos eleitores e retratado pelos jornalistas, seguindo assim os objetivos e estratégias de comunicação dos governos⁷.

A permanência ainda vigorosa da idéia de que a segurança pública seria atribuição exclusiva do Estado exerce uma forte influência sobre as escolhas das fontes de informação sobre as quais os jornalistas constroem suas pautas acerca do “problema da violência e da criminalidade”. Uma pesquisa sobre Mídia e Direitos Humanos, realizada pela Agência de Notícias dos Direitos

⁶ Uma grande pesquisa (500 mil pessoas foram ouvidas) realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil entre dezembro de 2008 e maio de 2009 perguntava às pessoas “O que precisa mudar no Brasil para sua vida melhorar de verdade?” trouxe os seguintes resultados: educação (18%), violência (14%), emprego (9%), saúde (6%), meio ambiente (5%), justiça (3%), política (2%), infra-estrutura (2%) e impostos (1%). A pesquisa foi publicada na revista Época, nº 574.

⁷ Uma análise mais aprofundada pode ser encontrada no *paper* “Mídia e Segurança Pública: o jogo dos descontentes”, de Maurício Lissovsky e Paulo Vaz, publicado na seção 2 deste Caderno Temático.

da Infância, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, analisou 1315 matérias publicadas em 2004 por 57 jornais de todo o país e constatou que 36,5% das matérias tinham como fontes primárias os órgãos governamentais, em especial do poder executivo. Organizações da sociedade civil correspondiam a 9,2% da amostra, conselhos a 1,9% e a população foi ouvida em apenas 3% da amostra. Além disso, em 28,5% das matérias não foi possível identificar a fonte da informação⁸. Dessa forma instituiu-se um ciclo vicioso: o Estado é suscetível às pressões oriundas da imprensa, que por sua vez tende a reproduzir nas matérias o discurso das polícias e dos governos, dando à cobertura de segurança pública no país um tom predominantemente oficial, com matérias de baixa pluralidade discursiva.

O que é notícia depende de uma escolha feita cotidianamente pelos jornalistas. No imenso universo de fatos e acontecimentos de uma sociedade, apenas alguns são selecionados para ocupar as páginas dos jornais ou os minutos dos noticiários. Essa escolha é feita com base em critérios técnicos, na linha editorial dos veículos e em fatores que não estão escritos em nenhum código de ética ou manual de redação. Estes fatores são aqueles que povoam o imaginário social e que refletem um modo de pensar hegemônico. Assim, embora o ofício do jornalista seja em parte técnico, ele também carrega em si ideologias e reproduz sentidos presentes no que se chama de senso comum.

Uma das formas de se decidir o que é notícia é avaliar a quantas pessoas pode interessar um fato⁹. Esse critério dá destaque no noticiário a informações que podem interessar ao maior número de pessoas possível, de acordo com o ponto de vista do jornalista que toma esta decisão e dos conselhos editoriais dos veículos. No noticiário de segurança pública é possível perceber uma distorção entre o que apresentam as estatísticas – em termos dos lugares, tipos de crime e pessoas mais atingidas – e o que selecionam como notícia os veículos de comunicação. Suzana Varjão oferece uma importante contribuição para o entendimento desta questão. A autora analisou os conteúdos sobre crime e violência publicados em três jornais de grande circulação da Bahia (A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia) no ano de 2005 e identificou uma hierarquização entre notícias que recebiam mais destaque nos periódicos, em detrimento de outras em que o esforço de reportagem era mínimo. Entre essas notícias de “baixa prioridade” jornalística – as quais a pesquisadora chamou de “jornalismo mínimo” – estão, basicamente, notas de

⁸ VIVARTA, Veet (org). (2006) *Mídia e Direitos Humanos*. Impresso pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

⁹ Esse critério tem claramente além do objetivo de determinar a relevância de uma informação, o potencial de “venda” de uma determinada informação, afinal, veículos de comunicação são produtos de empresas com fins lucrativos.

10 Uma análise mais aprofundada pode ser encontrada no *paper* "Micropoderes, macroviolências – um estudo sobre a palavra e a construção da ordem social" de Suzana Varjão publicado neste Caderno Temático. O estudo completo encontra-se publicado em VARJÃO, Suzana. (2008). *Micropoderes, Macroviolências: Mídia impressa, aparato policial*. Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA). Salvador, Bahia

11 MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Redução dos Homicídios no Brasil*, 2007.

12 Não há uma estimativa oficial realizada pelo MEC considerando exclusivamente os cursos de jornalismo, uma vez que este curso é uma das habilitações do curso de Comunicação Social. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=777>.

13 Está em andamento uma consulta pública pela reforma da grade curricular dos cursos de jornalismo. Saiba mais em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13227: especialistas-ouvem-propostas-sobre-os-cursos-de-jornalismo-&catid=212

homicídio, em sua maioria por arma de fogo, com envolvimento predominante de homens, jovens (de 18 a 29 anos), moradores das periferias de Salvador e da Região Metropolitana¹⁰.

Contraditoriamente, o perfil dos alvos preferenciais do chamado "jornalismo mínimo" – praticado pelos veículos pesquisados por Suzana Varjão em Salvador, mas não exclusivamente por eles – encontra-se alinhado às maiores vítimas da violência no país¹¹. Tendo em vista a centralidade dos meios de comunicação na construção da pauta política dos governos, temos a indicação dos efeitos perversos deste tipo de prática jornalística, que acaba colocando em segundo plano, na escala de prioridades das notícias e das políticas públicas, aqueles segmentos mais afetados pela violência. Além disso, oferecendo menor destaque a esta população – através dos recursos que atribuem destaque a uma notícia, como títulos, fotos, espaço, repetição e desdobramentos analíticos em Box, infográficos, tabelas – a imprensa reforça outros tipos de violências e reproduz preconceitos já disseminamos em nossa sociedade.

A formação dos jornalistas é basicamente técnica, em claro descompasso com as demandas oriundas da posição que ocupam em sua prática profissional. Ao produzir informações e versões de uma realidade, os jornalistas contribuem para a formação da opinião pública, o que implica em grande responsabilidade. O Brasil possui mais de 440 cursos de comunicação¹² e o currículo básico de jornalismo é estabelecido pelas disciplinas determinadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em sua maioria, trata-se de disciplinas de cunho técnico, entre elas Telejornalismo, Radiojornalismo, Técnicas de Redação, etc.¹³ Todo o debate em torno da formação dos jornalistas e da real necessidade do diploma para o exercício da função relaciona-se justamente a esta questão: sendo uma formação de ordem técnica, poderiam especialistas de outras áreas, com conhecimentos mais aprofundados em determinados temas, exercer a função de jornalista com um suposto ganho de profundidade temática? A obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista foi extinta em junho de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal. Ainda não é possível prever as conseqüências desta decisão para a cobertura de segurança pública. Entretanto, dada a predominância das fontes oficiais nos relatos jornalísticos, devemos ficar atentos a esta questão.

A rotina de trabalho dos jornalistas também vem sofrendo os impactos de uma concorrência entre os jornais, televisões, rá-

dios e a internet. Embora as vendas de impressos venham registrando alta nos últimos anos¹⁴, as recentes turbulências geradas pela crise econômica reduziram os investimentos em publicidade, causando problemas. Além disso, há alguns anos as empresas de comunicação vem enxugando seus quadros, reduzindo o número de jornalistas nas redações. Dessa forma, os profissionais precisam apurar, escrever e produzir mais matérias num curto espaço de tempo. A pressão pelo cumprimento dos prazos acaba por gerar a utilização de modelos já tradicionais e automáticos. Esse cenário, aliado às outras variáveis já expostas, pode ajudar a compreender – sem, entretanto, justificar – as razões pelas quais a cobertura de segurança pública traduz um fazer jornalístico baseado na técnica e na reprodução de um padrão de construção de notícias já estabelecido.

Diante desses desafios, o Seminário Temático Mídia e Segurança buscou apontar algumas alternativas aos problemas aqui apresentados e na construção de um perfil mais colaborativo da cobertura da mídia em relação às questões de segurança pública. Como foco principal, está o entendimento de que a imprensa deve não apenas retratar, mas comprometer-se com uma abordagem que contribua para uma maior compreensão da questão, bem como para a participação da população na construção de políticas de segurança democráticas e pautadas no respeito aos Direitos Humanos. Neste sentido, torna-se ainda mais crucial a ruptura com os automatismos da produção jornalística e a criação de mecanismos de reflexão e controle internos ao próprio campo, pautando o debate sobre responsabilidade e ética profissional entre os jornalistas. Assim fazendo, é possível romper com lógicas e práticas que permitem a manutenção de estereótipos e visões pré-concebidas sobre o fenômeno da violência e da segurança pública, sem, entretanto, oferecer qualquer tipo de censura externa aos conteúdos jornalísticos. O poder público também tem o seu papel, devendo oferecer à imprensa informações qualificadas e a garantia de transparência. Além disso, deve comprometer-se com o fomento da produção acadêmica neste campo, que ainda carece de estudos aprofundados e que contemplem a inevitável intersecção entre os campos do jornalismo e da segurança pública.

Diante dos grandes desafios aqui expostos, é possível concluir que imprensa e governo devem estar comprometidos com o rompimento de desigualdades e ciclos viciosos que afetam a todos e agravam o problema violência no país. Devem estar

¹⁴ <http://ultimo.segundo.ig.com.br/cultura/2009/05/27/amj+anunciar+o+desaparecimento+dos+jornais+e+um+erro+6368923.html>

também alinhados na intenção de construir políticas públicas de segurança mais igualitárias e abrangentes, contemplando a participação e o envolvimento de toda a população na concepção, elaboração e implementação dessas políticas. Os jornalistas e os governantes devem caminhar juntos em direção à construção de uma nação onde cada vida é importante e deve, portanto, ser protegida e preservada.



Mídia e Violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública

*Silvia Ramos e Anabela Paiva**

Em 2004, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC) convidou cinco jornalistas para um encontro na sua sede no Rio de Janeiro. Sabíamos que discutir a produção da imprensa e lançar as bases para um diálogo constante entre a imprensa e a Academia seriam ações fundamentais para ajudar a construir uma política de segurança cidadã no Brasil. No encontro, queríamos discutir as estratégias mais eficientes para fazê-lo. Nesta conversa, resolvemos que o primeiro passo seria a realização de um diagnóstico inédito sobre como os jornais cobrem a violência no Brasil.

A pesquisa, sobre a produção de nove jornais de três estados, foi inspirada na metodologia usada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) há vários anos¹. Os resultados foram apresentados em um seminário com profissionais de imprensa do Rio e de São Paulo em 2005 (o relatório completo encontra-se em www.ucamcesec.com.br). Ao fim de dois dias de debates, constatamos o que já intuíamos: os jornalistas brasileiros estavam, na sua maioria, curiosos e interessados numa avaliação independente do seu trabalho e viam este diagnóstico como uma preciosa contribuição para elevar a qualidade da produção noticiosa sobre violência e segurança pública.

Não temos dúvida de que a aceitação da análise se deve à premissa que temos seguido: produziríamos uma crítica ou recomendações acadêmicas, típicas de quem está fora do universo de produção diária de notícias, mas trabalharíamos com profissionais da área, ouvindo jornalistas e especialistas em segurança. Estabelecemos uma parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e nos valemos de jornalistas experientes e renomados como consultores. Como método, decidimos combinar ferramentas da investigação jornalística (pesquisa de textos e entrevistas com fontes-chave) a ferramentas das ciências sociais (pesquisas quantitativas com metodologia científica sobre a produção dos jornais e encontros e debates para a produção de análises). Nos anos subsequentes, continuamos a

*Silvia Ramos é cientista social e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes. Anabela Paiva é jornalista com 20 anos de experiência profissional. Ambas coordenam a linha de pesquisa Mídia e Violência, no CESeC, desde 2004.

¹ ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). Balas perdidas: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência. Brasília: Andi, 2001. Ver também: ANDI (News Agency for Children's Rights). Facing the Challenge: Children's rights and human development in Latin American news media. Brasília: Andi, 2006.

produzir outras análises: uma, sobre diários do Rio de Janeiro; outra, sobre dez estados do Brasil. Em 2008, demos início a uma pesquisa sobre as notícias veiculadas por jornais de TV, que atingem um público infinitamente superior ao da mídia impressa.

Nos dois primeiros levantamentos, analisamos 5.165 textos; entre maio e dezembro de 2006, entrevistamos 64 profissionais de imprensa e 26 pesquisadores, policiais e observadores. Em outubro de 2006, um encontro na Universidade Candido Mendes reuniu durante dois dias 16 editores, secretários de redação e jornalistas de alguns dos principais jornais do país, juntamente com dez especialistas, incluindo policiais. Procuramos identificar os temas polêmicos, as principais deficiências, os erros recorrentes e, sobretudo, as boas experiências praticadas hoje no Brasil. Nem sempre foi possível buscar convergências, principalmente em relação a um diagnóstico geral sobre a área de crime e polícia nos diários. Muitos jornalistas experientes são pessimistas, até mais do que analistas e especialistas em segurança pública. Um possível consenso entre todos os envolvidos nesse amplo processo de consulta é que os jornais melhoraram significativamente sua cobertura nos últimos anos, e podem melhorar muito mais.

A discussão sobre a qualidade da cobertura de segurança e criminalidade no Brasil está longe de ser um preciosismo. Aproximadamente cinquenta mil pessoas são assassinadas a cada ano no país. Segundo os dados do sistema de saúde, entre 1980 e 2005, 845 mil brasileiros foram assassinados. A taxa de homicídios do país aumentou 77% em uma década, passando de 15,2 homicídios por 100 mil habitantes em 1984 para 26,9 homicídios em 2004 e se situando acima de 25 por 100 mil habitantes nos anos seguintes – índice que nos situa entre os países mais violentos do mundo. Países da Europa Ocidental têm taxas de dois ou três homicídios por 100 mil.

As mortes provocadas pela polícia brasileira também alcançam índices raramente comparáveis em outros países. Em 2007, a polícia do Rio de Janeiro matou, em ação, legalmente, 1.330 pessoas. O total de 2008 será maior, quando for divulgado. Denominadas “autos de resistência,” estas mortes não entram nas estatísticas de homicídios. Para se ter uma idéia da aberração que estas estatísticas representam, é útil compará-las com as de outros países. A soma das mortes causadas por todas as polícias dos Estados Unidos é de aproximadamente 350 pessoas por ano. As polícias da África do Sul, em 2003, mataram 681, as da Argentina, 288, as da Alemanha, 5 e as de Portugal mataram uma pessoa. A maioria das vítimas de autos de resistência no Brasil é de moradores de favelas e periferias.

Os homicídios no país são extremamente concentrados em certos segmentos, configurando um padrão que pode ser chamado de IGCC: idade, gênero, cor e classe. A taxa de homicídios de jovens negros do sexo masculino, aos 23 anos, no Rio Janeiro, é de 380 por 100 mil habitantes. Em Pernambuco, essa taxa ultrapassa os 400 por 100 mil! De fato, estão em curso do Brasil, há pelo menos duas décadas, dinâmicas que resultam numa mancha que alguns analistas comparam a um genocídio: “jovens pobres e negros que morrem e matam num enfretamento auto-fágico e fratricida, sem quartel, sem bandeira e sem razão”, como descreveu magnificamente Luiz Eduardo Soares (2006)².

Durante muito tempo, a sociedade, as universidades e as instituições brasileiras assistiram a estas mortes praticamente em silêncio. A partir dos anos 90, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e se articularam não só para denunciar esta situação, mas também para desenvolver pesquisas e realizar experiências inovadoras de gestão de políticas públicas. Os jornais também responderam a esta nova percepção e iniciaram um processo de qualificação da cobertura, ainda em andamento. Pouco a pouco, as velhas práticas das reportagens de polícia, como a troca de favores com fontes policiais, estão sendo reduzidas; matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram na pauta. Os jornalistas que cobrem a área, geralmente ligados às editorias de reportagem local, hoje são mais qualificados e encontram maior reconhecimento de seus colegas, num processo que pode ser mais lento ou mais rápido, dependendo do local e do veículo, mas que parece consolidado como tendência.

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre o tema. Os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado. Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor. É surpreendente, portanto, que o diálogo entre especialistas em segurança e profissionais de imprensa seja ainda incipiente, quase sempre limitado a entrevistas eventuais.

² SOARES, L. E. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

1. “Esqueçam o cadáver”: mudanças na cobertura de polícia e segurança pública

Aos 15 anos, Luarlindo Ernesto Silva já era foga do *Última Hora*. Hoje, aos 63, ainda trabalha no jornal *O Dia*, na função de pauteiro. Com seus 48 anos de experiência nas redações de diversos jornais cariocas, sempre cobrindo “polícia”, é capaz de avaliar como ninguém as mudanças que ocorreram nos jornais brasileiros. Uma das mudanças, assinala, é a substituição do simples registro superficial dos homicídios pela tentativa de investigação do crime ou pelo relato dos fatores que o levaram a ocorrer. “A abordagem dos assuntos mudou muito. Hoje a ordem para os jovens jornalistas que chegam à redação é ‘esqueçam o cadáver’... mostrem o que está em volta do cadáver, isso é que é importante atualmente. Essa é uma mudança violenta. Nos anos 50, e isso foi assim durante muito tempo, era proibido voltar para a redação sem o ‘boneco’. O boneco da vítima, a foto. Se voltasse sem o boneco, era melhor não voltar. Se não tivesse a foto do rosto do morto, tinha que ter imaginação para pegar a foto com a família, do álbum de casamento, da parede da casa, de onde fosse. E às vezes tinha que mentir, dizer para a família que isso ia ajudar na investigação”.

Não há como evitar a constatação de que a imprensa tem modificado, para melhor, o tratamento que dá aos temas associados à criminalidade e à segurança pública. Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1980 e mais intensamente nos anos 90, na medida em que o fenômeno da violência urbana se multiplicou e se tornou mais complexo, os jornais evoluíram – e continuam a evoluir.

Mas até onde os esforços feitos pela imprensa têm conseguido melhorar a cobertura de segurança e criminalidade? O que ainda precisa ser feito para conseguirmos tratar destes temas nos jornais com a profundidade necessária? Que padrões éticos e jornalísticos têm sido adotados nas redações – ou poderiam vir a ser – para enfrentar as difíceis questões que surgem no cotidiano da imprensa? Eis algumas das perguntas feitas pela pesquisa e que procuramos responder no livro *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil* (a íntegra do livro encontra-se disponível no site do CESeC: www.ucamcesec.com.br).

2. O que caracteriza a cobertura sobre violência no momento atual?

A primeira mudança que chama a atenção dos que analisam a cobertura de violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o crime. Fatos emblemáticos dessa tendência foram o fechamento de um ícone do jornalismo apelativo, o *Notícias Populares*, de São Paulo, em 2001, e a reformulação editorial de *O Povo*, do Rio de Janeiro, em agosto de 2006. Transformado em *O Povo do Rio*, o jornal diminuiu as fotos de cadáveres e adotou um tom mais sóbrio no noticiário: “Os leitores estão saturados daquele tipo de cobertura”, disse Rogério Sant’Anna, seu editor, em entrevista em 2006 para a equipe de pesquisadores que ouviu jornalistas e especialistas.

Mas as mudanças não se restringiram apenas aos periódicos do tipo “espreme que sai sangue”. *O Dia*, um importante representante dos jornais de venda em banca, que há anos já havia rompido com o sensacionalismo rasgado do *Notícias Populares*, mas continuava enfatizando a reportagem de crime, também passou por uma reforma em 2006. O diário modernizou não só a linguagem, mas também a sua abordagem sobre os temas da cidade. Nas televisões, o fim do programa *Cidade Alerta*, que saiu do ar em junho de 2005, bem como mudanças em programas regionais vespertinos, baseados na combinação de jornalismo e histeria, parecem indicar uma tendência que marcará os próximos anos: seja por conta do desinteresse dos anunciantes, seja pelo fastio do público, estão cada vez mais reduzidos os espaços para a apelação e as bravatas do tipo “bandido bom é bandido morto”. Tudo indica que a máxima “violência vende”, tantas vezes usada para justificar o mau jornalismo e embasar um discurso pessimista e genérico contra a mídia, inclusive no ambiente acadêmico, já não dá conta da realidade da cobertura de violência e criminalidade³.

Outra alteração significativa foi o ingresso nas páginas dos jornais, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, de pautas sobre segurança pública. A escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre as classes média e alta e a chegada de especialistas a cargos de gestão em secretarias de segurança fizeram com que a imprensa passasse a incorporar esta temática. Hoje, a mídia é reconhecida como

³ Deve-se registrar, entretanto, que desde 2006 as empresas detentoras de títulos de classe média como *O Dia* e *O Extra* lançaram tablóides voltados para as classes populares, como *O Expresso* e *Meia Hora*, de pequena expressão em termos de vendas, nos quais a valorização da violência, a celebração das mortes de bandidos por policiais ainda são a regra.

fundamental na implantação e no sucesso de políticas públicas, como apontou Luiz Eduardo Soares. Antropólogo que ocupou os cargos de coordenador de Segurança Pública no Rio de Janeiro, em 1999, e de secretário nacional de Segurança Pública, em 2003, ele descreveu suas gestões como parcerias com a imprensa: “Nós não pensamos a política de segurança pública, e depois a política de comunicação, como um suplemento ou um instrumento complementar. Nós pensamos essa problemática de forma articulada, como níveis distintos de um mesmo desafio”.

Denis Mizne, fundador e coordenador do Instituto Sou da Paz, desde 1999, um importante centro de discussão e mobilização por direitos humanos e segurança pública em São Paulo, também ressaltou o papel central da imprensa no trabalho da ONG. “As relações entre o Sou da Paz e a mídia datam do nosso nascimento. Sempre compreendemos que a mídia poderia ser o canal fundamental de comunicação com a sociedade, já que o nosso primeiro objetivo, naquele momento, era chamar a atenção para uma questão que estava fora do debate público, o desarmamento, e também para novas abordagens da segurança pública, tema que raramente ocupava o imaginário da sociedade na segunda metade da década de 90”.

Os jornalistas também reconhecem as mudanças à sua volta – e também que elas ainda não são suficientes. No workshop *Mídia e Violência*, realizado pelo CEsEc na Universidade Candido Mendes, em outubro de 2006, o então ombudsman da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba, sintetizou esta avaliação: “Eu comecei em 71, no Globo, e a prioridade era polícia; a gente fazia polícia o tempo todo. É nítida a evolução de lá para cá. Agora, se você comparar com as atenções que recebem, nas redações, áreas como economia, ciência e meio ambiente, essa evolução fica aquém do que aconteceu ou vem acontecendo nestas áreas. A área policial continua sendo um primo pobre, não só dentro da imprensa, mas também na sociedade e na Academia”, disse Beraba, também diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Um dos aspectos citados pelo jornalista para as limitações da cobertura policial é o fato de que as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que, por exemplo, as de economia – e, portanto, não oferecem o mesmo retorno às empresas jornalísticas.

Nas pesquisas realizadas pelo CEsEc em escala nacional, a impressão de que os jornais vêm abandonando os recursos mais ostensivos de apelação e sensacionalismo se confirmou: em levantamento sobre nove jornais de três estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais)⁴, em apenas 0,4% dos textos analisados, a matéria sugeria que a restrição de direitos de criminosos seria uma saída para

4 A pesquisa Brasil analisou 2.514 textos dos seguintes jornais: O Globo, O Dia e JB; Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Agora São Paulo; O Estado de Minas, Hoje em Dia e Diário da Tarde. A pesquisa Rio analisou 2.651 textos, ao longo do ano de 2006, dos seguintes jornais: O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, O Povo, Tribuna da Imprensa, Meia Hora, O Fluminense, Extra. Ambas as pesquisas utilizaram técnica de amostragem consagrada para análise de mídia, chamada “mês composto”.

o problema da violência. Este percentual não foi maior em jornais de perfil popular, como *O Dia* ou *Agora São Paulo*. E apenas 0,3% dos textos sugeriu a possibilidade de que se fizesse justiça com as próprias mãos, sem criticar essa postura. Em relação à fotografia, em pesquisa sobre oito jornais do Rio, 2,9% das matérias que traziam fotos apresentavam imagens de pessoas mortas e 1,4% exibia ferimentos e deformações resultantes de violência. Mas é bom ressaltar: na maioria dos jornais, o percentual de fotos de cadáveres era quase zero – a média foi influenciada pelo fato de que estas imagens compunham 10,2% das fotos publicadas em *O Povo*, especialmente antes da sua reformulação. Fotografias de pessoas feridas e deformadas foram impressas principalmente por *O Povo* (4,2%) e *Meia Hora* (2,9%).

Os resultados confirmaram a impressão de que o assunto segurança pública está presente nas páginas dos diários, ainda que de forma restrita. Quando analisado o foco principal das matérias, políticas de segurança foram notícia em apenas 3,6% dos casos na pesquisa dos jornais do Sudeste e em 4,2% no levantamento dos jornais do Rio. Naturalmente, em muitas matérias em que as polícias, o Exército ou o sistema penitenciário eram o ponto principal, havia debates sobre políticas públicas, ainda que esta não fosse a questão primordial da notícia analisada.

Os mesmos levantamentos também classificaram os textos pela abordagem do assunto. A pesquisa mostrou que a grande maioria das matérias apenas relata o factual (77,7% no caso do Rio e 63,8% na pesquisa Sudeste). Isto significa que matérias com abordagem contextual, ou seja, que oferecem análise, são a minoria. Da mesma forma, 82,5% dos textos analisados na pesquisa Rio eram matérias motivadas pelo que chamamos histórias individuais, isto é, os fatos cotidianos – assaltos, homicídios, acidentes, anúncios oficiais (83,7% no caso da pesquisa Brasil). Em contraste, o reduzido percentual de matérias de iniciativa da própria imprensa – entrevistas, editoriais, investigações, reportagens especiais, equivalentes a 14,5% no caso do Rio, e a 6,1% no caso do Brasil – é um indicador de que os jornais têm ainda reduzida iniciativa no setor e se deixam dominar pela avalanche de acontecimentos do dia-a-dia, dando espaço limitado para a análise e a crítica.

Plínio Fraga, chefe de reportagem da sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio de Janeiro, foi um dos entrevistados que apontaram a necessidade de mudar o domínio das matérias factuais: “Jornal que só pensa na edição do dia seguinte está fadado a morrer. É preciso pensar sempre a longo prazo, com matérias que fujam do fato, do que aconteceu ontem, e em seu lugar apontar tendências. Este é o papel do jornal. Estar mais perto da reflexão, mostrar um direcio-

namento e cobrar de governos. E é isso que os jornais ainda fazem pouco na área da segurança pública”.

Nas entrevistas realizadas pelo CESeC, surgiram depoimentos sobre mudanças no status do repórter de crime e segurança. O fim da editoria de Polícia em grande parte dos diários – os jornalistas que cobrem criminalidade e violência são repórteres de geral – favoreceu a integração do fenômeno da criminalidade a temas como educação, habitação, saúde e trânsito; a diversidade de temas exige mais informação e preparação dos jornalistas, evitando que eles incorporem o estereótipo do repórter de polícia, que pouco se diferencia dos policiais e não consegue transitar além da delegacia.

Na origem das mudanças verificadas estão fatos que transcendem as decisões dos jornais. César Camasão, então editor do *Agora São Paulo*, avaliou: “A nova geração é uma geração de classe média. São pessoas mais novas, que fizeram faculdade”. André Luiz Azevedo, da *TV Globo*, disse acredita que a evolução da realidade de direitos humanos, segurança pública e criminalidade no país exigiu a qualificação dos jornalistas: “Quando eu comecei profissionalmente, a editoria de Polícia era discriminada e desqualificada. Era o lugar das pessoas mais despreparadas. Hoje em dia, estamos chegando a um ponto onde, em alguns veículos, o noticiário de polícia se tornou o assunto principal. Em muitas cidades a violência se transformou seguramente no tema de maior interesse da população. E também nos principais prêmios de imprensa, nos últimos anos, as reportagens e as investigações ligadas à violência estão entre as mais premiadas”.

Se é fácil reconhecer o caminho já percorrido pela imprensa brasileira, também está claro que a cobertura de segurança pública e criminalidade ainda precisa dar um salto de qualidade para se equiparar a de economia e internacional. Isto só será atingido quando os veículos de mídia decidirem investir na formação de jornalistas e em estratégias de qualificação da cobertura deste tema que mobiliza profundamente os leitores do país.

3. O papel da imprensa no agendamento de políticas públicas

Apesar das deficiências que ainda persistem, pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar o papel decisivo dos meios de comunicação, e o da imprensa em especial, nas respostas de governos e da sociedade aos problemas da violência. Textos clássicos sobre teoria da comunicação (McCombs & Shaw, 2000⁵; Wolf, 2001⁶)

5 McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media, 1972. In: TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

6 WOLF, M. Teorias da comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

apontaram o papel decisivo da mídia na perspectiva do agenda setting. Posteriormente, autores contemporâneos (por exemplo, Canclini, 1999⁷; Martín-Barbero, 2001⁸) discutiram a importância política e simbólica da comunicação nas sociedades modernas.

Alguns jornalistas que entrevistamos refletiram especificamente sobre essa atribuição e sobre a importância dos jornais num país como o Brasil: “A imprensa sempre teve esse papel de deflagrar processos e descobrir informações, mas eu acho que no Brasil ele é muito mais valorizado justamente pela falha dos outros sistemas. Como a polícia não funciona e só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes. Há muitos casos em que se a imprensa não investigar, a polícia, por incompetência ou por desleixo, acaba não investigando”, disse André Luiz Azevedo.

O deputado estadual Alessandro Molon (PT/RJ), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, participou do workshop organizado pelo CESeC e deu um depoimento a respeito: “Para quem tem contato com os jornalistas, do ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, por exemplo, tantas vezes precisando da parceria da imprensa, tem sido muito importante o apoio ao enfrentar temas de direitos. Isso tem ajudado a mudar a consciência da população. Muitas vezes os jornais até vão contra o senso comum da maioria dos seus leitores e denunciam violências e desrespeito a presos, num processo que é muito importante na luta pelos direitos humanos”.

Se, por um lado, é verdade que a imprensa freqüentemente leva governantes e gestores a priorizarem as áreas mais ricas das cidades ao dar preferência a crimes que envolvem a classe média, por outro lado, a mídia tem desempenhado, em momentos históricos, um papel decisivo para definir como autoridades públicas respondem a acontecimentos emblemáticos de violência contra os setores mais despossuídos. Um exemplo recente foi a cobertura dos ataques do PCC em São Paulo, em 2006, em que as denúncias dos jornais praticamente interromperam as mortes provocadas pela polícia em reação aos atentados. Algumas coberturas ficarão para a história – não só do jornalismo de crime e de polícia, como para a história do país – por terem sido capazes de mobilizar respostas de governos, da Justiça e da sociedade civil. Entre muitos outros exemplos, destacam-se a cobertura das chacinas de Vigário Geral e Candelária, no Rio de Janeiro, em 1993; da morte de 111 presos no Carandiru, em 1992; da morte do dentista negro Flávio Sant’Ana, morto por PMs quando voltava do aeroporto, em São Paulo, em 2004; da chacina da baixada Fluminense, em março de 2005; da morte do menino João Roberto, por policiais do Rio de Janeiro, em uma abordagem violenta, em 2008.

7 CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

8 MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

4. Os blogs e seu papel no debate sobre segurança pública

A despeito dos avanços, os meios de comunicação têm utilizado pouco os fantásticos recursos muito presentes nas culturas jovens, como a internet, blogs, redes do tipo Orkut, programas de mensagens, mensagens de texto em celulares e outros. A incorporação crescente de vozes em geral ausentes do dia a dia do noticiário tem sido experimentada, no caso brasileiro, nas experiências de alguns blogs sobre crime e polícia, além do surgimento e multiplicação de blogs de autoria de policiais. No campo jornalístico, pelo menos três casos se destacam, os blogs Repórter de Crime, do jornalista Jorge Antonio Barros⁹, Casos de Polícia, do jornal *Extra*¹⁰ e muito especialmente, o blog PE Body Count, coordenado por três jovens jornalistas independentes de Recife¹¹. A despeito de serem experiências heterogêneas, elas têm em comum recordes de acesso. Também contam com a forte participação de cidadãos comuns, que transmitem informações, muitas vezes ocorridas dentro de favelas e bairros pobres, suscitam debates e dão opiniões.

Os blogs de policiais são um fenômeno recente e bastante importante, considerando que por razões disciplinares policiais militares (e em alguns estados também os policiais civis) são expressamente proibidos de se manifestarem publicamente (entrevistas com policiais só são concedidas se autorizadas formalmente pelos comandos superiores). Também constituindo experiências heterogêneas, de qualquer forma surpreendem as manifestações de policiais que fazem dos blogs (muitas vezes anônimos) locais de intenso debate político sobre temas como reforma das polícias, respostas à violência e à criminalidade, discussões sobre hierarquia, disciplina, controle externo interno, além de dicas sobre cursos e outros temas do interesse de policiais. Trata-se, tanto no caso das experiências jornalísticas como nos blogs de policiais, de experiências novas no campo da mídia na produção de notícias sobre violência e por isto será importante acompanhar esses processos de perto nos próximos anos.

Conclusões e sugestões

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor.

⁹ Blog Repórter de Crime: <http://oglobo.globo.com/riofancelmo/reporterdecrime/>
Acesso em 31 de dezembro de 2008.

¹⁰ Blog Casos de Polícia: <http://extra.globo.com/geral/casodepolicia/>
Acesso em 31 de dezembro de 2008.

¹¹ Blog PE Body Count: <http://www.pebodycount.com.br/home/index.php>
Acesso em 31 de dezembro de 2008.

A despeito dos avanços evidentes ocorridos nos últimos anos, predomina no dia-a-dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes.

Jornalistas e especialistas entrevistados, pensando em soluções estruturais para melhorar a qualidade da cobertura na área, consideraram que para alterar significativamente o quadro atual é necessário investir na especialização de profissionais, em processo similar ao que ocorreu e ocorre nas editorias Economia, Política, Internacional e Ciência e Tecnologia. A diferença reside no fato de a pressão para a qualificação e a especialização não ser espontânea por não serem qualificadas as próprias fontes principais (policiais civis e militares com os quais os jornalistas que cobrem a área convivem cotidianamente). Portanto, programas de especialização para jornalistas deveriam ser estimulados tanto por redações e centros de estudos e pesquisas, como pelas próprias polícias. Entre os pontos mais mencionados por jornalistas e especialistas como principais fragilidades, estão as seguintes áreas de conhecimento: funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil (papéis, atribuições e limites das polícias, do Ministério Público, da Justiça e do sistema penitenciário) e em outros países; informações sobre as principais bases de dados da área (bases da saúde e das polícias; a SENASP; bases dos sistemas de justiça nos estados, das varas de execução penal) e como ter acesso a elas.

Tudo indica que apenas o esforço conjunto de redações, gestores da segurança pública e pesquisadores acadêmicos pode favorecer a qualificação e especialização dessa cobertura. Parece que, nesta década atual, as mitificações recíprocas de jornalistas, policiais e pesquisadores, uns sobre os outros, finalmente está cedendo espaço para o estabelecimento de relações mais maduras, de cooperação e crítica.

Referências Bibliográficas

LEEDS, E. Rio de Janeiro. In *Fractured Cities: Social Exclusion, Urban Violence and Contested Spaces in Latin America* (K. Koonings & D. Kruijt, orgs.), London: Zed Books, 2007.

NJAINE, K. *Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: Reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública*. 144 p. Tese de doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

RAMOS, S. & PAIVA, A. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.



Mídia e Segurança Pública: o jogo dos descontentes

Maurício Lissovsky*

Paulo Vaz**

* Professor da ECO/UFRJ, coordenador do Curso de Rádio e TV.

** Professor da ECO/UFRJ, coordenador do Laboratório de Mídia e Medo do Crime. O autor agradece o apoio do CNPq e da FAPERJ para a realização da pesquisa sobre o noticiário de crimes.

1 No Rio de Janeiro, por exemplo, apesar de uma redução da taxa de homicídios superior a 40% entre 1994 e 2004, as pesquisas de opinião eram unânimes em assinalar que, na perspectiva da população, a “violência” estava aumentando. Isto é, a percepção da população refletia o “momento” anterior, isto é, o crescimento exponencial dos homicídios na primeira metade da década de 1990.

O que resulta, predominantemente, do que dizem uns dos outros, autoridades de segurança pública e jornalistas, mídia e polícia, é um harmonioso coral de descontentamentos. Desde quando, há pouco mais de duas décadas, a “criminalidade”, a “violência” e a “insegurança” começaram um lento, porém contínuo, processo de migração das “páginas policiais” para áreas mais nobres dos jornais e para a pauta “política” dos veículos mais prestigiosos, o que mais se houve são queixas recíprocas. A nosso ver, estas queixas, legítimas ou não, ainda que pareçam vinculadas a questões circunstanciais, expressam certas condições estruturais do “problema” da segurança pública na atualidade. Problemas que são, em si mesmos, **insolúveis** – o que não significa que sejam insuperáveis. No âmbito restrito deste texto, gostaríamos de dar destaque a alguns deles.

1. Segurança, eleições e opinião pública

Há algum tempo, as pesquisas sobre tendência de voto têm mostrado – o caso do Rio de Janeiro, neste sentido, é exemplar – que apesar de temas como “segurança pública” e “violência” ocuparem frequentemente o primeiro lugar entre as preocupações dos eleitores, eles não são o fator mais **decisivo** no momento em que decide seu voto. Uma das razões para isto, claro, é uma certa banalização do tema e o desgaste das “promessas” de resolução no curto prazo. Mas existe ainda um outro aspecto, mais complexo do que este. Estudos realizados em vários países assinalam uma defasagem entre a percepção, ou sensação de segurança dos eleitores, e os indicadores de criminalidade (como o de taxa de homicídios, por exemplo). Com frequência, reduções significativas nestes índices não são percebidas pelas pessoas – isto é, não têm impacto sobre seus hábitos cotidianos ou sua sensação de segurança no espaço urbano – antes de cinco ou seis anos, pelo menos¹.

Em virtude disso, o ciclo de percepção das condições de segurança pública é superior ao ciclo eleitoral e os governantes estão

colocados diante de um paradoxo. Nas populações urbanas onde o tema da segurança pública atingiu grandes níveis de exposição e de estresse coletivo, ele não é mais capaz de **eleger** ninguém, mas pode **derrotar** qualquer um. A escolha da autoridade, portanto, é quase sempre a de atuar “defensivamente” – evitando que se difunda a opinião de que, no seu governo, a “insegurança” cresce.

Este paradoxo conduziu a uma dinâmica perversa em que, por um lado, sem se dar conta, a polícia se encarrega do “enfrentamento” miúdo do crime, enquanto a política de segurança pública é definida em um terreno difuso habitado por midiocratas (editores dos grandes veículos de comunicação, jornalistas e publicitários encarregados da “imagem” do governo) e pelos círculos políticos mais próximos dos governantes. Assim, não raro vemos decisões como aquisições de viaturas e armas seguirem-se a matérias sobre a precariedade dos equipamentos da polícia em face do “poderio” do crime organizado, anúncios de reformas carcerárias motivadas pela exposição da fragilidade do sistema etc. Por outro lado, os governantes tendem a descartar as estratégias de longo prazo, uma vez que elas não têm impacto sobre a percepção imediata dos eleitores, priorizando ações que sinalizem que se “esforçam” ao enfrentar o problema².

Os atores principais desta dinâmica – autoridades públicas e jornalistas – raramente se dão conta do papel que desempenham, por motivos que veremos adiante, pois ambos acreditam que fazem o que deve ser feito. Um pouco mais de luz sobre este território difuso de onde emergem a maioria das decisões dos governantes relativas à segurança os ajudaria a compreender a estranha inversão de papéis em que a mídia produz mais política de segurança que informação, e os governos, por sua vez, tendem a orientar suas ações mais em função de seus objetivos de comunicação, em particular junto aos jornais lidos pelos ditos “formadores de opinião” e às televisões, do que os de segurança pública em sentido estrito.

2. Narrativas de crime e causas da “violência”

O outro problema **insolúvel** é o das narrativas de crime, isto é, das notícias relativas à segurança pública nos jornais e na televisão. Seja por sua estrutura, fruto de tradições culturais e hábitos longamente adquiridos, seja pelo desejo de corresponder às expectativas dos leitores, as notícias de crimes são quase sempre igualmente

² Assim, por exemplo, segundo as pesquisas de opinião, o principal atributo que um governante deve ter para resolver o problema da saúde pública é ser um “bom gestor”, enquanto, no que diz respeito à segurança pública, ele deve “ter coragem”.

portadoras implícitas de opiniões sobre causas e soluções para um evento – o crime – que de antemão é suposto como anômico.

Nas últimas décadas, a retórica em torno da causalidade do crime sofreu grandes transformações. No caso brasileiro, essas transformações tornam-se mais visíveis no período que se segue ao fim da ditadura militar e à elaboração da Constituição de 1988. O deslocamento mais evidente é o recuo nas narrativas de crime das explicações baseadas na causalidade social em favor de outras que ressaltam a ineficiência do Estado. Esta mudança é consistente com um lento processo de modificações na cultura política que fez crescer a noção de um Estado provedor de necessidades básicas, isto é, garantidor da vida, em um sentido bem próximo ao biológico. Assim, segurança pública e saúde, por exemplo, passam a ocupar um lugar no debate público que, na política clássica, era prerrogativa de temas como a liberdade ou a igualdade. Em alguma medida, a frequência com que a “segurança pública” é assimilada à “violência”, tanto na retórica da mídia quanto na eleitoral, espelha tanto a crescente redução da política ao biológico, quanto a via pela qual o tema da segurança está sendo “nacionalizado”, vindo a ocupar, no caso brasileiro, o lugar imaginário deixado vazio pela desacreditada “segurança nacional” (na qual o próprio Estado é pensado como um ser vivo constantemente exposto a ameaças internas e externas).

A colonização do espaço público pela “vida” – que muitos têm caracterizado como um sintoma da transformação das sociedades disciplinares modernas, baseadas na norma, nas sociedades contemporâneas de controle, baseadas no risco – supõe a crença de que todo acidente ou crime poderia ser evitado se os “responsáveis” pela preservação da vida cumprissem eficientemente o seu papel. Como, em última instância, do ponto de vista estritamente biológico, a reprodução da vida não depende da imortalidade dos indivíduos (antes, pelo contrário, como já foi amplamente demonstrado por evolucionistas e geneticistas), o Estado está sempre condenado a algum grau de ineficiência e os “responsáveis” ameaçados por um volume crescente de “denúncias”.

Um segundo procedimento do redator de notícias é valer-se de uma retórica de generalização, que cumpre aqui o papel de justificar a notícia como tal, isto é, sua relevância, pertinência e oportunidade. Se, do ponto de vista da causalidade, o objetivo da “denúncia” é apontar um “responsável” que já é pressuposto antes do evento, a retórica de generalização dominante hoje nos noticiários de crime realiza dois movimentos complementares cujo efeito mais evidente é eximir o leitor/espectador de qualquer responsabilidade por este. O primeiro destes movimentos é a desumanização do criminoso, isto é, a caracteri-

zação monstruosa do “agressor”. O “terrorista islâmico” de George Bush e o “traficante” das favelas do Rio de Janeiro são exemplos típicos deste exílio do criminoso para além dos limites da humanidade. Assim esta personagem, tal como configurado pela mídia, é, sobretudo, um “outro” irreduzível, um “algo” diferente por natureza de nós mesmos – e não alguém, como nós, ao qual sucedeu perpetrar um crime³.

As inflexões retóricas e as mudanças nos modos de atribuição de causalidade nas narrativas de crime dos jornais são processos lentos e difíceis de serem observados no cotidiano, mas têm impacto direto sobre a pauta das redações. Alguns levantamentos realizados pelo Laboratório de Mídia e Medo do Crime da Escola de Comunicação da UFRJ, ilustram o que foi dito anteriormente. No âmbito de uma pesquisa comparativa das notícias de crimes dos anos de 1983 e 2001, observou-se, por exemplo, que, apesar da taxa de homicídios em 2001 ser exponencialmente maior que a de 1983, apenas 8,5% das matérias relativas a crimes nos jornais mais recentes tratavam de homicídios, enquanto dezoito anos antes as mesmas ocupavam 36,1% do noticiário.⁴ Essa mudança reflete o crescente desinteresse pelos crimes de proximidade (tipicamente passionais), em detrimento dos crimes cometidos por estranhos no espaço público com seleção aleatória de vítimas. Em consonância com essa orientação de pauta, nas notícias de crime em que um agressor era identificado, apenas em 9,6 % dos casos eles eram conhecidos da vítima. Em 1983, essa percentagem era bem superior (28,6%)⁵.

De fato, em 1983, esses crimes de proximidade eram tratados, muitas vezes, como *fait-divers*: mulher é assassinada pelo marido “com oito golpes de faca de cortar pão” após uma discussão; comerciantes bêbados duelam a tiros por causa de dívidas; sargento enciumado fere noiva e depois tenta se matar; advogado é espancado e jogado numa lata de lixo por adversário amoroso; sogro mata genro e o lança numa vala; etc. Na maior parte desses crimes de proximidade, o delito é, de certa forma, justificado, e a notícia incorpora o ponto de vista do agressor, a quem é dado espaço para se explicar. Embora possamos imaginar o sofrimento da vítima esfaqueada com uma faca de pão, a notícia nos induz também a recordar que muitas vezes discussões entre cônjuges “acirram os ânimos”. De modo geral, os criminosos nessas notícias sobre crimes passionais não são intrinsecamente maus; apenas não aprenderam ou não foram capazes de controlar suas paixões como fazem os “normais”. E, para que o aprendam, nada como a disciplina das prisões. Em outras palavras, as narrativas de crime dos jornais de 1983 supõem uma comum humanidade entre o criminoso e a audiência.

3 Não é de admirar, portanto, a enrrascada em que estão metidos juristas, legisladores e juizes, às voltas com uma legislação penal que surgiu orientada para punir “crimes” e não “criminosos”, e para a qual fatores sociais e naturais funcionavam mais como atenuantes do que como agravantes. Em alguns países do mundo, o grande exemplo são os Estados Unidos, a probabilidade do criminoso voltar a cometer crimes no futuro se sobrepõe ao ato criminoso efetivamente cometido no cálculo das penas. A existência e a persistência da prisão de Guantanamo é um sinal evidente de quão complexo se tornou este problema.

4 Vaz, P; Sá-Carvalho, C. e Pombo, M. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. Revista FAMECOS, v. 30, p. 71-80, 2006.

5 Em 1981, cerca de 50% dos crimes contra a pessoa noticiados pelos jornais em que o agressor era identificado, este era parente, conjuge, namorado, amigo ou colega de trabalho da vítima.

Em 2001, o ponto de vista dos agressores praticamente desaparece dos noticiários. O jornal passa a multiplicar as declarações de vítimas, estendidas a seus parentes e amigos. Sua dor e revolta têm que ser intensamente compartilhadas e passam a ser representativas da experiência de todos os leitores. O caso dramático do estupro e assassinato da fonoaudióloga Márcia Lira, durante um assalto à sua residência em Santa Teresa, é emblemático dessa mudança. Dois dias depois da primeira reportagem sobre o latrocínio, os bandidos foram presos e o jornal deu duas páginas sobre o caso e uma manchete de capa: “Barbárie em Santa Teresa choca a cidade”. Ficamos sabendo que o ex-marido, pai dos filhos de Márcia, e o filho de 15 anos foram amarrados enquanto os bandidos estupravam e esfaqueavam mãe e filha no quarto ao lado. Os “requisitos de crueldade” se tornam ainda mais revoltantes pelo fato de que “a vítima gostava de ajudar pessoas carentes” e “era vista pelos colegas como uma mulher bonita e alegre, que participava empolgada das manifestações (...) em defesa do meio ambiente e das minorias (...) Márcia era uma pessoa tão boa que chegava a ser inocente”. A inocência da fonoaudióloga e sua adesão a causas ambientais e sociais acabam por constituí-la como um modelo paradigmático da vítima que somos ou que podemos nos tornar. Sobre os criminosos, somos informados apenas de seus nomes e seu lugar de origem, Vila Kennedy e Morro da Providência, além de que um deles tinha sido empregado como pedreiro na casa da vítima. A única explicação para o crime convocada pela narrativa era exatamente a ausência de explicação: um box colocava dois “especialistas”, uma professora universitária e um psiquiatra, ambos reconhecendo “sinais de psicopatia” com provável agravante do uso de cocaína. Resta apenas a omissão do Estado capaz de transformar o bucólico bairro de Santa Teresa, habitado por gente “inocente”, em território livre para ação de criminosos violentos. Para tanto, basta consultar outro *box*, onde casos “semelhantes” são rememorados.

A despeito da repercussão de episódios como esse, a face dominante do criminoso nos jornais da primeira década do século XXI, é a do traficante. Enquanto o termo “tráfico” está presente em 40,6% das matérias de crime de 2001, ele ocorre em apenas 15,8% da amostra de 1983. Protagonista de quase metade da cobertura policial, a referência ao tráfico carioca aparece muitas vezes desvinculada da atividade ilícita que o define (o comércio ilegal de drogas). Toda sorte de assalto, tiroteio, falsa blitz e assassinato é vinculada ao “traficante”, que raramente sai do anonimato. Sua imagem predominante é a dos bandos armados. Este exército de jovens bárbaros e, aparentemente, entorpecidos parece não ter medo da morte e

muito menos respeito à vida. Quando ganha rosto, estamos diante do chefe do tráfico, espécie de traficante-celebridade, muito rico, poderoso – e frio. Figura que exerce seu poder de modo absoluto nos territórios por ele dominados, servindo, portanto, de espelho para o poder, igualmente absoluto, que o Estado poderia exercer em seu lugar caso tivesse disposição e competência para tal.

A contrapartida da monstruosidade do criminoso é a associação entre o leitor da notícia e a vítima. Isto é, a constituição do leitor como vítima virtual de um crime – potencialmente do mesmo crime que vitimou a vítima real. A “vítima virtual” se tornou o foco narrativo subjacente da maioria das notícias de crime – em detrimento do criminoso e das vítimas reais –, o ponto de vista a partir do qual o crime é informado ao público e sua narrativa elaborada. Este mecanismo de generalização permite a mobilização de uma resposta afetiva forte que, por si só, justifica a notícia: “poderia ter acontecido comigo”.

Uma análise feita a partir de uma amostragem representativa do RJ TV, da Rede Globo, em 2004, revelou que o evento criminoso mais veiculado (27%) tratava de crimes “aleatórios” – como “bala perdida”, “arrastões” e “sequestro-relâmpago”, seguido de demonstrações da força dos traficantes (22%) – tais como exibição de armas ou incêndio de ônibus. Homicídios e roubos, por outro lado, representaram, respectivamente, 11% e 5% das notícias. Quanto ao local do crime noticiado, mais da metade (53%) ocorreram nas ruas e apenas 22% nas residências. A predominância dos crimes aleatórios e circunstanciais é consistente com a caracterização do público do noticiário como vítima virtual. Isto se torna ainda mais evidente quando observamos que em 75% dos crimes noticiados o criminoso é um absoluto estranho, não se tratando sequer de um agressor que assassina um desconhecido por razões afetivas (como nas brigas de bar, de torcida ou no trânsito), categoria que corresponde a 16% das notícias. Apesar do grande efeito melodramático dos crimes passionais ou entre familiares, nenhum crime deste tipo havia sido noticiado na amostra examinada⁶.

A figura emblemática da vítima virtual é a vítima de tiroteio e de bala perdida. No noticiário do RJ TV de 2004, 25% das notícias veiculadas mencionavam uma ou outra destas condições. Se crimes aleatórios cometidos por estranhos na rua constituem a “cena do crime” por excelência, a identificação do criminoso com o traficante poderoso é também significativa: 50% das notícias mencionavam o termo “tráfico” ou “traficante” e 75% das armas exibidas no noticiário eram de grosso calibre e alto poder ofensivo (granadas, metralhadoras ou fuzis). O lugar privilegiado da vítima virtual nas narrativas de crime também pode fa-

⁶ Vaz, P., Lissovsky, M. Notícias de crime e formação da opinião pública: o caso do referendo sobre o comércio de armas no Brasil. Logos (Rio de Janeiro), v. 27, p. 89-107, 2007.

cilmente observado: em 70% das notícias, quem fala é apenas o repórter e a autoridade; a palavra de especialistas (pesquisadores, militantes de organizações civis) ocorre em apenas 11% das matérias; e as vítimas reais dividem a cena com as vítimas virtuais (moradores da vizinhança, por exemplo, que não testemunharam o crime, mas que ressaltam o risco que poderiam ter corrido), ambas tendo voz em 12% das matérias. Em nenhuma das matérias aleatoriamente selecionadas ocorre um depoimento do próprio criminoso ou suspeito⁷.

Um efeito curioso que a ênfase na vitimação têm tido nas narrativas de crime é o crescente volume de pesquisas acadêmicas que o tema mobiliza. Em alguns casos, elas, a despeito de seu efeito retórico, têm pouquíssimo alcance explicativo. A distribuição etária de vítimas e agressores, por exemplo, é similar no mundo inteiro (com grande predominância de jovens), independentemente de se tratarem de sociedades com alta ou baixa taxa de homicídios (e provavelmente são melhor explicadas pelos níveis de testosterona do que pelo tráfico de drogas). A precariedade dos dados estatísticos de segurança pública no Brasil, por si só, não justifica as manchetes de que nossos jovens estão se matando entre si. É a nossa cultura de “vitimização generalizada” que explica que se dê tanta importância aos dados sobre vítimas em detrimento dos dados relativos a agressores, meios e oportunidades (para citarmos apenas os parâmetros da criminologia básica), como se fosse possível construir uma política de segurança pública com base na diminuição da “oferta” de vítimas, em detrimento de um debate mais consistente sobre provimento dos demais fatores⁸.

* * *

Os dois aspectos problemáticos descritos acima (a origem difusa das políticas de segurança pública e a tendência das narrativas de crime na mídia de embutirem generalizações e juízos implícitos sobre as causas da “violência”) tornam-se ainda mais complexos porque o repertório de soluções à disposição da sociedade encontra-se limitado por crenças e preconceitos que se exacerbaram nos últimos anos. Vamos destacar dois deles que têm grande impacto na estruturação dos noticiários de crime.

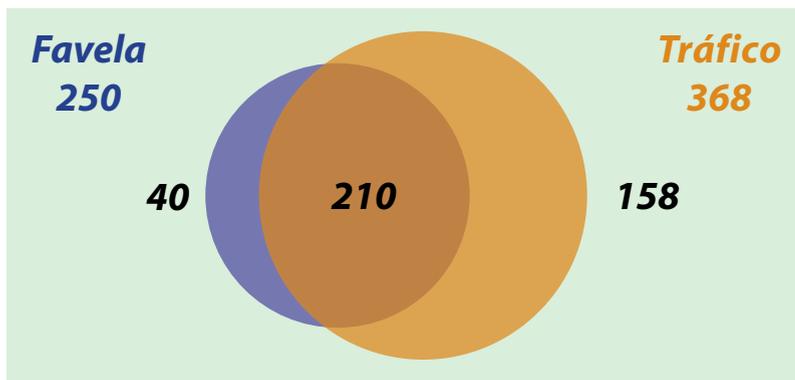
3. Criminalização dos Pobres

A associação entre “violência urbana” – e o medo dela decorrente – e os setores mais pobres da população não é uma particularidade brasileira, mas é interessante ressaltar alguns aspectos singulares. No caso do Rio de Janeiro – mas o mesmo se poderia dizer em

7 Idem.

8 Ainda que a diminuição da “oferta de vítimas” possa ter eventualmente algum impacto sobre os indicadores de crimes, a despeito das decisões das autoridades ou de mudanças nas políticas de segurança pública. Esta, por exemplo, é uma das hipóteses levantadas para explicar a redução dos homicídios no Rio de Janeiro, na segunda metade dos anos 1990 mencionada anteriormente.

relação a outras capitais brasileiras – o sintoma mais evidente deste processo é a identificação entre favela e tráfico de drogas. O gráfico abaixo mostra a interseção entre as referências ao termo “favela” e “tráfico” nas notícias de crime publicadas pela Editoria Rio do jornal O Globo em 2002⁹.



O exame realizado numa amostra aleatória de notícias sugere que os crimes ocorridos nas favelas que não estejam relacionados ao tráfico ou aos traficantes são subnoticiados, tendo por consequência a desvalorização do sofrimento das vítimas que moram nas favelas. O leitor visado pelo jornal é claramente a vítima virtual de uma criminalidade proveniente das favelas, como os exemplos a seguir demonstram.

Em uma matéria, publicada em 5/02/2001, sobre o roubo do BMW de Ronaldinho, ocorrido na Av. Niemeyer (via de ligação entre bairros de classe média e alta), o *lead* informa que o crime ocorreu “próximo à entrada da favela do Vidigal”. Seis parágrafos depois, o jornal esclarece que “a polícia não acredita que [o crime] tenha sido cometido por bandidos do local”. Evidentemente, a favela mencionada no *lead* não é apenas o *onde* – mesmo porque essa não seria necessariamente a melhor referência geográfica para o leitor de classe média – e sim parte do *porquê*.

A opção por subestimar o sofrimento dos moradores da favela também é recorrente em manchetes como “*Tiroteio no Salgueiro provoca pânico na Tijuca*” (7/3/2001) e, a respeito de um evento no Chapéu Mangueira, “*Tiros em morro levam pânico à praia*”. Esta última, que foi “capa” da seção Rio, incorporava, sob fotografias da correria e da ocupação policial do morro que sucedeu ao tiroteio, depoimentos de banhistas e moradores do Leme, dentre os quais um comerciante que dizia: “*Moro num dos IPTUs mais caros do Rio e vivo um dia de cão atrás do outro*”. O privilégio retórico da vítima de classe média – como foco narrativo das notícias de crime – sugere, em úl-

⁹ Vaz, P., Cavalcanti, M., Sá-Carvalho, C. e Julião, L. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 95-103, 2005.

tima instância, que os favelados já estão acostumados a viver nestas circunstâncias ou, que sendo difíceis de distinguí-los dos próprios criminosos, seu sofrimento não interessa. A forma mais frequente de manifestação dessa prerrogativa da vítima virtual de classe média como estruturadora do noticiário policial é a ênfase no transtorno causado aos motoristas das grandes vias de ligação – Av. Niemeyer, Av. Brasil, Linha Vermelha – nas matérias sobre tiroteios nas favelas.

A dificuldade em superar este tipo de preconceito na estruturação das notícias de crime é que não se trata apenas de um modo do jornal ajustar-se à opinião de seus leitores (oferecendo a eles uma notícia redigida conforme o ponto de vista dos seus interesses). A identificação do leitor como vítima virtual da repetição de um crime já ocorrido é funcional também para o jornalista, que usualmente compartilha com o leitor das mesmas crenças e, principalmente, dos mesmos temores. Uma destas crenças – a mais bem fundada em nosso próprio temor de ser vitimado – é a de que “todo crime poderia ser evitado”.

4. Todo crime poderia ser evitado?

Ainda que nenhuma autoridade, pesquisador ou jornalista acredite realmente nisso, as narrativas de crime parecem dizer o contrário. O longo processo pelo qual a sociedade ocidental desenvolveu a crença de que todo sofrimento é evitável, todo desconforto atenuável, é demasiado complexo para ser descrito aqui. Mas esta crença se manifesta em praticamente todas as narrativas de crimes, acidentes e catástrofes naturais. No que diz respeito às notícias de crime, a frase que melhor representa esta crença, por sua simplicidade e aparente inocência é: “...e isso aconteceu a 200 metros de uma cabine da polícia”¹⁰.

A incapacidade da polícia, particularmente a falta dela – mesmo quando está a 100 metros de distância é o complemento mais comum das notícias de crime. Nas amostras de noticiário impresso examinados, 90% continham algum tipo de crítica ao Estado, 70% delas referiam-se à polícia, que além de não estar presente onde os crimes acontecem (uma “viatura” nunca é vista, ou “não passa mais” no local etc.), intimida-se diante do poder dos bandidos e, quando afinal se apresenta e atua, o faz de modo incompetente, colocando o risco a vida de cidadãos inocentes.

A uma polícia ausente, corrupta, incompetente e que não intimida os criminosos, vêm somar-se, na retórica de atribuição

¹⁰ Em alguns casos, essa anotação que costuma ser acrescentada às narrativas, pode fornecer a manchete, como no caso do dia 23/04: “Bandidos roubam carros a 100m de quartel da PM e de delegacia” (O Globo).

de responsabilidades do Estado, as críticas à prisão, que não é capaz de conter os riscos, e a uma legislação penal que “protege” os criminosos, ou não os pune de modo suficiente. A imagem de um Estado que tudo pode (e que não o faz por falta de vontade ou incompetência) é o terceiro ingrediente deste nó imaginário em que se enovelam os discursos midiáticos e políticos acerca da segurança pública. É a contrapartida fetichista de cidadãos que se concebem como “vítimas” – os destinatários do noticiário de crimes dos grandes jornais e da televisão – e da elaboração monstruosa da alteridade dos criminosos. Quanto mais se superestima o poder do estado (e por decorrência lógica, apela-se politicamente a este poder), mais a audiência não se sente implicada no problema.

Considerações finais

A despeito do emaranhado discursivo em que estão envolvidos jornalistas, políticos e autoridades de segurança pública, as relações entre mídia e crime na sociedade contemporânea permanecem em larga medida impensadas. Eventuais acertos de uns e de outros (maior rigor editorial nos jornais, implementação de políticas de longo prazo na segurança pública) correm sempre o risco de sucumbir em face de imagens que foram profundamente internalizadas pelos (e)leitores. É bastante provável que uma política profissional de segurança pública com metas de longo prazo consensuadas entre os diversos atores políticos não seja possível sem que se rompa a dinâmica perversa que tornou a “violência” o carrasco dos governos eleitos em âmbito estadual. E é bastante improvável que isto aconteça sem que uma nova visão sobre este tema também amadureça nas redações.

No âmbito da atividade jornalística, procedimentos básicos já têm sido bastante enfatizados: especializar os profissionais encarregados da “reportagem policial”; diversificar as fontes de informação, em larga medida restritas à própria polícia; manter a presunção de inocência dos suspeitos até sua condenação; romper com a espetacularização do crime e a igualmente espetacular ação da polícia, que monopolizam o noticiário, abrindo mais espaço para o que se passa nos tribunais. E, sobretudo, investir mais em matérias de fundo e de caráter compreensivo, ao invés de manter um enquadramento episódico, centrando o noticiário em eventos.

Porém, como procuramos ressaltar neste texto, as percepções em torno das condições da segurança pública, das causas da

criminalidade e suas eventuais soluções, imiscuem-se profundamente nas entrelinhas das narrativas e nas escolhas editoriais a respeito de quem fala ou deixa de falar nas notícias de crime, bem como nas decisões a respeito de qual evento criminoso é noticiado em detrimento de qual outro. A maior parte dessas escolhas é feita de modo inconsciente, determinada pelo senso comum onde se confundem a “opinião pública” e o “interesse público”. Na mesma medida, a redação das notícias povoa-se de clichês e automatismos da escrita que facilitam a sua elaboração rápida. Assim como o policial que dispõe de uma arma para sua defesa pessoal e a de terceiros deve aprender a hesitar antes de acioná-la, dando uma chance ao cálculo que antecipa as conseqüências de seu ato e à certificação de sua legalidade, também o redator de notícias e o repórter devem aprender a deter-se sobre o próprio relato para descobrir no seu interior as imagens de crimes, criminosos e vítimas que constrói e ajuda a perpetuar.



Micropoderes, macroviolências – um estudo sobre a palavra e a construção da ordem social

Suzana Varjão*

Há um problema no noticiário geral sobre segurança pública, mas ele não se situa, isoladamente, na esfera midiática, e sim em seu modo de produção, porque esse tipo de narrativa é construído na interação entre os agentes públicos (esfera *produtora* de dados) e os agentes noticiosos (esfera *difusora* de dados). É o que demonstramos em *Micropoderes, macroviolências* (VARJÃO, 2008)¹, uma reflexão sobre as relações entre o noticiário sobre violências e o quadro de ocorrências violentas.

A linha de pesquisa tem precedentes. Estudiosos como Clifford Geertz (1989), Cornelius Castoriadis (1995)² e Pierre Bourdieu (2001)³ conseguiram evidenciar a relação mutuamente constituinte entre as estruturas mentais e as estruturas materiais. Por meio de perspectivas complementares, os cientistas reconstituem os fios que interligam a psique ao corpo físico, passando pelo campo simbólico — onde se inclui a palavra. Um extrato sobre as investigações de Geertz, a título de síntese:

Entre o padrão cultural, o corpo e o cérebro, foi criado um sistema de realimentação (feedback) positiva, no qual cada um modelava o progresso do outro, um sistema no qual a interação entre o uso crescente das ferramentas, a mudança da anatomia da mão e a representação expandida do polegar no córtex é apenas um dos exemplos mais gráficos. Submetendo-se ao governo de programas simbolicamente mediados para a produção de artefatos, organizando a vida social ou expressando emoções, o homem determinou, embora inconscientemente, os estágios culminantes do seu próprio destino biológico. Literalmente, embora inadvertidamente, ele próprio se criou (GEERTZ, 1989 apud OLIVEIRA, P. P., 2005)⁴.

Existem vários outros alertas sobre a performatividade do campo simbólico, emitidos de diversas formas, sob diferentes ângulos, por vários cientistas: “Metáfora é coisa séria, afeta a prática” (Stuart Hall)⁵; “As grandes narrativas conectivas do capitalismo dirigem os mecanismos de reprodução social” (Homi Bhabha)⁶; “Nomes engendram realidades” (Octavio Paz)⁷; “O sistema de informação impõe-se contemporaneamente como o lugar central de produção do real do Ocidente moderno” (Muniz Sodré)⁸.

* Suzana Varjão é jornalista, escritora, coordena o Movimento Estado de Paz, é membro do grupo gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência e do Movimento Nossa Salvador e integra a rede de lideranças sociais da Fundação Avina.

1 VARJÃO, Suzana. *Micropoderes, macroviolências: mídia impressa — aparato policial.* Salvador: Edufba, 2008.

2 CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade.* Tradução de Guy Reynaud. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

3 BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas.* Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

4 OLIVEIRA, Pedro Paulo. *Illusio: aquém e além de Bourdieu.* Scielo Brasil, Rio de Janeiro, v.11, n.2, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200008>. Acesso em: 14 jun. 2007.

Um aspecto, porém, vem sendo pouco explorado por estudiosos do campo da comunicação: a autonomia que o capital simbólico das classes dominantes ganhou entre os dominados, como alertam Marilena Chauí (1984) e Eneida Leal Cunha (2006). Uma autonomia que se pode perceber pelo modo automatizado e relativamente harmônico com que valores coloniais e escravistas são (re)produzidos no noticiário em geral e, especificamente, no noticiário sobre segurança pública.

É o que problematizamos em *Micropoderes...* A partir da leitura sistematizada do noticiário sobre violências dos três jornais impressos de maior circulação de Salvador⁹, damos visibilidade à teia multidimensional de poderes (ou relações entre sujeitos), conhecimentos e práticas que constroem esse tipo de narrativa. Teia que forma engrenagens invisíveis a olhos não-treinados, as quais produzem mensagens que fogem ao controle daqueles que escrevem nos jornais.

Em outras palavras, investimos na reflexão sobre a dimensão cultural do noticiário sobre violências, que, se um dia foi construído a partir de enunciados verticalmente emitidos pelos macropoderes, hoje se realiza, no cotidiano das redações, a partir da esfera dos micropoderes, composta por repórteres e policiais. De uma maneira, porém, que apaga as vozes dos agentes da segurança pública — o que tem implicações relevantes, dificultando, inclusive, a compreensão e o enfrentamento do problema.

É importante frisar que não se está negligenciando a participação dos macropoderes na construção desse tipo de noticiário. O que está em foco é a incorporação de um capital simbólico retrógrado às atividades rotineiras dos micropoderes dos meios de comunicação de massa. Uma tecnologia de dominação que fugiu ao controle de quase todos — daí o visível mal-estar de setores progressistas das classes econômica e culturalmente hegemônicas em relação ao noticiário sobre segurança pública.

Enfim, o papel estruturante dos macro e mediopoderes nesse tipo de narrativa é fato, mas precisou ser descolado de outros, para que fosse possível a visualização das responsabilidades específicas dos agentes no campo de luta da comunicação. E a ação automatizada dos repórteres, em estreita relação com as fontes institucionais de informação, tem efeito determinante na construção desse tipo de texto, como exposto, principalmente, no segundo capítulo de *Micropoderes...*

Resumindo, a partir de “rastros noticiosos,” evidenciamos como os “dispositivos de dominação” de que fala Michel Foucault

5 HALL, Stuart.

A questão multicultural.

Tradução de

Adelaine la Guardia

Resente, Cláudia

Álvares, Francisco

Rüdiger, Ana

Carolina Escosteguy,

Sayonara Amaral.

In: SOVIK, Liv

(Org.). *Da diáspora:*

identidades

e mediações

culturais. Belo

Horizonte: Editora

UFMG; Brasília:

Representação da

Unesco no Brasil,

2003c, p.51-100.

6 BHABHA, Homi.

O local da cultura.

Tradução de

Myriam Ávila,

Eliana L. de Lima

Reis e Gláucia R.

Gonçalves. Belo

Horizonte: Editora

UFMG, 1998.

7 CUNHA, Eneida

Leal. *Estampas*

do imaginário:

literatura, história e

identidade cultural.

Belo Horizonte:

Editora UFMG, 2006.

8 SODRÉ, Muniz.

O social irradiado:

violência urbana,

negrotesco e mídia.

São Paulo: Cortez,

1992.

9 Jornais A Tarde,

Correio da Bahia e

Tribuna da Bahia.

(2005)¹⁰ são acionados, não por meio de discursos diretos, mas de eleições, prioridades, enquadramentos, recortes, enfim, do tratamento de notícias sobre ocorrências violentas, o que provoca distorções consideráveis na percepção de um fenômeno que vem provocando a redução da população masculina no país¹¹.

A inversão do perfil de vítimas preferenciais e ocasionais de violências ante a opinião pública; a transformação de “endereço embaraçantes”¹² (bairros pobres) em “territórios perigosos”¹³ (bairros violentos); a limitação do Sistema de Justiça Criminal ao âmbito repressivo; a redução da problemática das violências (e do enfrentamento de violências) à esfera policial; a (re)produção do imaginário escravista; e a legitimação de políticas de extermínio são algumas conseqüências do *modus operandi* do campo, no setor.

Mas para que se possa avançar no debate sobre o binômio comunicação & violências, ou comunicação & segurança pública, é imprescindível desconstruir a lógica absolutizante, que coloca a *mídia* num lado do campo de batalha e a sociedade em outro — quando não há *uma mídia* produzindo discursos desfavoráveis ao conjunto da sociedade, mas mídias, ora emitindo mensagens socialmente responsáveis, ora discursos próximos da barbárie. E discursos construídos na interação com a sociedade.

O que se deseja com tal raciocínio é chamar a atenção sobre o fato de que não há instituições, setores ou grupos homogêneos; de que todos os campos de conhecimento e de ação são campos de luta; e de que é preciso transitar por todos os campos, grupos, setores e instituições buscando alianças com os que têm como objetivo principal a defesa incondicional da vida. E isto inclui o campo de luta dos meios de comunicação de massa.

Assim, apesar do padrão sumário de representação dos eventos violentos ao qual a sociedade brasileira¹⁴ é diariamente submetida, é insensato ignorar as produções que, embora dentro de um contexto geral desfavorável, vêm funcionando como referências para o campo. Portanto, em vez de combater, em bloco, o campo midiático neste setor, um caminho mais produtivo é buscar a transformação de ilhas de excelência em padrões; boas (mas esporádicas) narrativas em noticiário cotidiano — o que não é fácil.

A complexidade da questão aqui abordada, porém, desautoriza visões simplistas, porque, em última instância, o que se precisa é desconstruir uma mentalidade talhada durante mais de quinhentos anos de colonização escravista, desvendando o modo

10 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

11 FOLHAPRESS. A Tarde, Salvador, 2005. Disponível em <<http://www.estadodopaz.com.br/artigose-reportagens/pagina.asp?ID=1467>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

12 CORDEIRO, Tânia. Leitura de fatos violentos publicados na mídia: a mídia e a construção do lugar de cada um. Salvador, jan. 2003. Disponível em: <http://www.fccv.ufba.br/textos/2003/leituras_midia_0303.doc>. Acesso em: 16 jun. 2009.

13 COIMBRA, Cecília. Operação Rio - o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

14 Vaz, P., Cavalcanti, M., Sá-Carvalho, C. e Julião, L. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. 7, n. 2, p.95-103, 2005.

15 PRADO COELHO, Eduardo. Novas configurações da função intelectual. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.13-67.

16 SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. Tradução de José Reis Leal, Inês Castro, Patrícia Palroz, Alcino Malalane, Ana Sofia Pereira, Ana Catarina Martins, Marta Mendonça, Ana Teresa Pinto, Ana João Trindade, Aiana Vieira e Susana Cordeiro. Lisboa: Colibri, 2000.

17 BEVERLEY, John. "Por Lacan": da Literatura aos Estudos Culturais. *Travessia, Revista de Literatura*, Florianópolis, n.29/30, p.11-42, ago. 1994-jul. 1995/ 1997.

18 MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. *História das teorias da comunicação*. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

19 Critérios de noticiabilidade são parâmetros que, a rigor, auxiliam os profissionais das redações na identificação dos fatos que merecem ser noticiados ou destacados numa edição.

como os vencidos participam dessa construção, como sugere Chauí (1984, apud Coimbra, 2001). Mas a dificuldade de esboçar recomendações que possam servir de referência para a busca de soluções para a problemática não pode paralisar a ação.

Trabalho de tamanha envergadura não pode ser circunscrito ao âmbito dos micropoderes, tampouco ao campo da comunicação midiática. Contudo, pode e deve ser trançado, também, a partir deles, em virtude do extraordinário papel que desempenham na legitimação e, portanto, no prolongamento de uma ordem social injusta, degradante, perversa. E a instituição universitária tem função de destaque no processo de desestruturação dessa ordem.

Como avaliam Prado Coelho (2004)¹⁵ e Edward Said (2000)¹⁶, a Universidade é um espaço de produção de conhecimento e de enunciação que garante relativa independência para o exercício da função crítica subjacente à missão de contraposição de hegemonias. Um território miscigenado, por onde circulam personagens de variadas esferas de poderes, e de onde tal atividade pode ser exercida com eficácia e potencial para disseminar uma contracultura.

Nesta perspectiva, uma tarefa prioritária é a conscientização sobre a dimensão política da prática jornalística e dos meios de comunicação de massa, "campos decisivos da luta ideológica na atualidade", como observa John Beverley (1997)¹⁷. O que requer uma prática acadêmica que destitua o mito da assepsia da palavra; enfatize a performatividade das mídias e repense os saberes do campo para além da caixa de ferramentas da profissão, refreando, como observam Armand e Michèle Mattelart,

[o] utilitarismo estimulador da pesquisa de ferramentas epistemológicas que permitam a neutralização das tensões via soluções técnicas [...], cuja função explícita é legitimar estratégias e modelos de organização empresariais e institucionais (2005, p.190)¹⁸.

Como evidenciado em *Micropoderes...*, por entre conhecimentos pretensamente neutros do campo midiático circulam ideologias. Dessacralizar o lugar da teoria aplicada, ou da sociologia aplicada, à qual o campo da comunicação está circunscrito, é outro procedimento recomendável, como forma de expor, por exemplo, a supremacia de valores classistas e escravistas sobre critérios de noticiabilidade supostamente técnicos¹⁹, na estruturação de narrativas midiáticas.

Do mesmo modo, para além do debate sobre modelos e técnicas de redação de notícias, sistemas e subsistemas de comunicação e sua pretensa objetividade e neutralidade política, é imprescindível aos pensadores do campo perscrutar, nele, a existência de "dispositivos de dominação", mecanismos naturalizados, automatiza-

dos e incorporados às atividades cotidianas dos dominados — aqui, a esfera de micropoderes formada por fontes e difusores de informação sobre violências que atingem o plano físico.

São estas engrenagens que garantem a sobrevivência do “círculo de reprodução simbólica” (BOURDIEU, 2005)²⁰ dos valores dominantes, o qual constitui um outro circuito, nitidamente inverso: o das violências simbólica e física, como demonstrado em *Micropoderes...* (um exemplo ilustrativo que se pode pinçar das amostras pesquisadas são os discursos estruturais que privilegiam a exceção, ou seja, as “vítimas ocasionais” das violências, em detrimento das “vítimas preferenciais”).

A interrupção destes círculos exige a instauração de alianças entre os diversos níveis e esferas de poderes. E isto inclui intelectuais, ativistas, pesquisadores, cientistas, profissionais, funcionários públicos, empresários, enfim, posições de agentes com diferentes práticas e conhecimentos, capazes de rastrear, identificar e destituir representações que fortaleçam ideologias que vêm alimentando o ciclo vicioso das violências (simbólicas e físicas).

Para que tais alianças sejam concretizáveis, é necessário compreender que na teia de agentes, conhecimentos e práticas que constituem as relações de poder no campo da comunicação midiática sobre violências não há anjos ou demônios. Como exposto, existem engrenagens automatizadas, naturalizadas e incorporadas às rotinas produtivas dos jornais, que, à revelia dos que as operam, emitem mensagens estruturantes de um quadro social próximo à barbárie.

Em nível dos macropoderes econômicos do campo, foi evidenciada a necessidade de uma prática que supere a hierarquia de investimentos no campo da comunicação. Prática que confina as editorias que produzem o noticiário sobre violências contra pessoas negras e pobres aos mais baixos patamares da produção noticiosa, favorecendo operações propulsoras de dominação, verificadas em nível de micropoderes, como a transcrição não-assumida de boletins de ocorrência policial.

A escassez de recursos humanos nas editorias especializadas em violências limita a ação dos sujeitos noticiosos, fazendo com que sucumbam ao modo de operação impresso nas posições ocupadas por outros sujeitos que atuaram, ou atuam, em condições análogas, no setor. Uma implicação que se pode estender, por homologia, aos micropoderes representados pelos agentes que operam na base das corporações policiais — os mesmos que operam como fontes de informação dos jornalistas.

20 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 8.ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

E analogamente ao que ocorre entre a hierarquia social e a hierarquia noticiosa, o *modus operandi* de produtores e difusores de informações sobre violências constrói uma ponte entre ação (policial) e discurso (midiático), esboçando uma homologia entre uma política (não-oficial, não-anunciada) de extermínio de pessoas com características socioeconômicas e étnico-raciais bem definidas e o noticiário sobre ocorrências violentas.

Como já exposto, o que está em jogo é um trabalho não-mensurável de desconstrução do imaginário colonial escravista. Mas, exatamente por este motivo, pode e deve ser realizado a partir de suas microfísicas manifestações — estruturas e posições capilares, práticas ordinárias, representações aparentemente sem significância, expondo engrenagens ideológicas embutidas em atos burocráticos, rotinas produtivas e *habitus* profissionais, pois que operacionalizam sistemas que não vêm beneficiando a sociedade.



Mídia e Segurança Pública: uma agenda de propostas

1. Mídia e segurança pública: uma agenda

Os esforços de construção de um campo de diálogos, pensados a partir das contribuições do **Seminário Temático Mídia e Segurança Pública**, seguem no sentido de desconstruir velhas ideologias e práticas jornalísticas, herdadas pelos profissionais de comunicação, sem perder de vista as responsabilidades de atores públicos e meios acadêmicos na produção de soluções para uma agenda de mídia e segurança. Criar condições para a consolidação de uma verdadeira “cobertura de segurança pública”, neste sentido, passa por diversos aspectos: especializar os profissionais, diversificar e qualificar as fontes de informação (em larga medida restritas à própria polícia) e o rompimento definitivo com a espetacularização do crime e da ação da polícia, investindo mais em matérias de fundo e de caráter compreensivo, ao invés de manter um enquadramento episódico.

Por mais numerosos que sejam, os esforços para a melhoria do campo nesse setor serão sempre insuficientes. Mas uma das ferramentas estruturantes da transformação pode ser uma política de comunicação social que foque as esferas de poderes que estão na base do processo noticioso, priorizando os espaços de interação destas esferas, sendo recomendáveis investimentos em instituições e processos centrados nessa perspectiva:

1. Investimento no conhecimento do campo/setor

- ⊗ Destinação de parte do Fundo Nacional de Segurança Pública para pesquisas sobre comunicação & violência(s), ou sobre comunicação & segurança pública, uma vez que é insatisfatória a produção acadêmica neste binômio (e para lidar com um problema, é necessário conhecê-lo);
- ⊗ Estruturação ou apoio a núcleos multidisciplinares de estudos sobre comunicação & violências nas universidades públicas do País (mesmo as organizações que trabalham as temáticas da comunicação e da segurança pública, separadamente, precisam investir na compreensão do binômio).

2. Investimento em capacitação para profissionais do campo/setor

- ✿ Para alterar significativamente o quadro atual é necessário investir na especialização de profissionais, em processo similar ao que ocorreu e ocorre nas editorias Economia, Política, Internacional e Ciência e Tecnologia. Programas de especialização para jornalistas deveriam ser estimulados tanto por redações e centros de estudos e pesquisas, como pelas próprias polícias.
- ✿ Inserção de disciplinas dentro dos campos da sociologia, da filosofia e da antropologia nos cursos de comunicação social (uma forma de provocar o olhar para fora da caixa de ferramentas profissional e possibilitar a formação de profissionais capacitados a compreender a complexidade do fenômeno das violências e construir narrativas socialmente responsáveis no setor);
- ✿ Apoio a cursos de pós-graduação *lato* e *strictu* *sensu* que entrelacem o campo da comunicação com os campos da sociologia, da filosofia e da antropologia (mesmo objetivo acima);
- ✿ Promoção de cursos de curta duração sobre segurança pública, investindo, estrategicamente, na compreensão do paradigma impresso no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — Pronasci (destinados, principalmente, à capacitação dos profissionais de comunicação que já atuam no setor).

3. Investimento direto na cultura profissional do campo/setor

- ✿ Estruturação de mecanismos de incentivo à absorção, por empresas jornalísticas e publicitárias, de profissionais com pós-graduação e capacitação em direitos humanos e/ou segurança pública (um dispositivo que pode evitar a dispersão dos investimentos nos sujeitos do campo e inverter uma lógica profissional que relega as editorias que tratam dos atentados à vida aos mais baixos patamares da hierarquia das redações);
- ✿ Apoio a projetos de organizações que visem incentivar, premiar e dar visibilidade a boas práticas na área da difusão de informações sobre violências / segurança pública (um contraponto ao sistema de recompensas e punições da cultura profissional, que precisa ser desconstruído).

4. Investimento na melhoria da produção de dados do campo/setor

- ✿ Aprimoramento do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (além de subsidiar a alocação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, o sistema serve de matriz para a esfera da *difusão* de informações sobre violências);

✿ Estruturação de mecanismos que propiciem a compatibilização das bases de dados sobre violências / segurança pública em todas as unidades da Federação (os mecanismos devem orientar não apenas as bases do poder público, mas a produção *na esfera pública* em geral – o que inclui dados produzidos no âmbito das instituições universitárias e das organizações do Terceiro Setor).

5. Iniciativas de controle social do campo/setor

✿ Apoio a projetos de monitoramento (e auto-monitoramento) do noticiário sobre segurança pública (observatórios, por exemplo), sendo recomendável o mapeamento de tais iniciativas nas diversas unidades da Federação (um necessário contraponto a projetos que se aproximam do cerceamento da liberdade de imprensa no país);

✿ Acompanhamento, apoio e divulgação das atividades das organizações responsáveis pela auto-regulação do campo, como o Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – Conar (objetivo idêntico ao anterior).

6. Investimento na orientação do campo/setor

✿ Criação de uma equipe multidisciplinar, composta por comunicadores, sociólogos, filósofos, antropólogos e agentes da segurança pública, vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que garanta o funcionamento de um fórum permanente de discussão sobre o binômio comunicação & violências, ou comunicação & segurança pública (a estratégia amplia e enriquece o diálogo entre comunicadores e policiais; permite o encaminhamento das questões relativas aos processos de qualificação das esferas de produção e de difusão de dados sobre violências / segurança pública; e serve de referência para a produção de campanhas publicitárias, reportagens e programas para meios impressos, rádio e TV de domínio público).

1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

Coordenação Executiva:

Coordenadora Geral: Regina Miki

Secretária Executiva: Fernanda dos Anjos

Secretária Executiva Adjunta: Mariana Carvalho

Coordenadora de Capacitação: Beatriz Cruz

Coordenador de Comunicação: Marcelo de Paiva

Coordenador de Infraestrutura: Antonio Gianichini

Coordenador de Metodologia: Fábio Deboni

Coordenador de Mobilização: Guilherme Leonardi

Coordenador de Projetos Especiais: Fernando Antunes

Assessora Especial da Coordenação Executiva: Luciane Patrício

Assessora de Assuntos do Sistema Penitenciário: Márcia de Alencar

Equipe:

Adriana Faria, Alberto Kopittke, Alessandro Mendes, Alex Dias, Amanda Ayres, Ana Carla Maurício, André Arruda, Anelize Schuler, Ângela Simão, Atahualpa Coelho, Cíntia Luz, Clarissa Jokowski, Cláudia Gouveia, Daisy Cordeiro, Daniel Avelino, Daniella Cronemberger, Denis Torres, Élide Miranda, Fernanda Barreto, Flávio Tomas, Gisele Barbieri, Gisele Peres, Heloísa Greco, Henrique Dantas, Leandro Celes, Leidiane Lima, Maria Gabriela Peixoto, Maria Thereza Teixeira, Mariana Levy, Mateus Utzig, Priscilla Oliveira, Rafael Santos, Regina Lopes, Renata Florentino, Rodrigo Xavier, Rosier Custódio, Sady Fauth, Sheila Almeida, Socorro Vasconcelos, Tatiana Rivoire, Thales de Moraes, Verônica dos Anjos, Verônica Lins e Wagner Moura.

Consultora para a elaboração dos Cadernos Temáticos:

Elizabeth Albernaz

Portal:

www.conseg.gov.br



PRONASCI

Ministério
da Justiça



www.conseg.gov.br